



BOLETIM OFICIAL

ÍNDICE

PARTE C

CHEFIA DO GOVERNO:

Gabinete do Primeiro-Ministro:

Extracto de despacho n° 303/2013:

Concede o estatuto de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO «AGRO-SILVA PASTORIL DE CUTELO CAPADO»..... 253

Extracto de despacho n° 304/2013:

Concede o estatuto de utilidade pública a “ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES AGRO-PECUÁRIO DE MONTE GENEBRA TRAGROPECU”..... 253

Gabinete do Ministro dos Assuntos Parlamentares:

Despacho n° 16/2013:

Concede à Associação dos Deficientes Visuais de Cabo Verde (ADEVIC), autorização provisória para operar a Radio Comunitária Voz de ADEVIC. 253

Direcção-Geral da Administração Pública:

Extracto de despacho n° 305/2013:

Concede aposentação a Amadeu Luís António Barbosa, ex- Secretário Municipal do quadro de pessoal da Câmara Municipal da Brava. 254

Extracto de despacho n° 306/2013:

Concede aposentação a Severino Soares Almeida, Ministro Plenipotenciário do quadro de pessoal diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades. 254

Extracto de despacho n° 307/2013:

Concede aposentação a Maria do Rosário Fátima Andrade Cabral, professora primária, do quadro de pessoal do Ministério da Educação e Desportos. 254

Extracto de despacho n° 308/2013:

Concede aposentação a Henriqueta de Andrade Monteiro, lavadeira, do quadro de pessoal do Comando da Região Militar..... 254

Extracto de despacho n.º 309/2013:	
Transita à situação de pré-aposentação Celestino dos Ramos Miranda, comissário, da Polícia Nacional.....	255
Extracto de despacho n.º 310/2013:	
Concede aposentação a João Vieira, auxiliar de verificação, do quadro de pessoal da Direcção-Geral das Alfândegas.....	255
Extracto de despacho n.º 311/2013:	
Concede aposentação a Maria do Rosário Silva Abreu, professora primária, do Ministério da Educação e Desporto.....	255
Extracto de despacho n.º 312/2013:	
Concede aposentação a Rosa Soares Tavares, professora primária, do Ministério da Educação e Desporto.....	255
Extracto de despacho n.º 313/2013:	
Concede aposentação a Rosa Lima Bandeira Pires, ajudante de serviços gerais, do quadro privativo do Hospital Dr. Baptista de Sousa.....	255
Extracto de despacho n.º 314/2013:	
Concede aposentação a Orlanda de Sousa Monteiro Barbosa, ajudante de serviços gerais, do quadro de pessoal do Ministério da Educação e Desporto.....	256
Extracto de despacho n.º 315/2013:	
Concede aposentação a Paulo Mendes de Carvalho, ex- trabalhador jornaleiro, da Câmara Municipal de S. Domingos.....	256
Extracto de despacho n.º 316/2013:	
Concede aposentação a Judite Rodrigues Pires, enfermeira graduada, do quadro do Ministério da Saúde.....	256
Extracto de despacho n.º 317/2013:	
Concede aposentação a Claudino José Correia Sanches Cardoso, oficial administrativo do quadro privativo do Hospital Dr. Agostinho Neto.....	256
Extracto de despacho n.º 318/2013:	
Concede aposentação a Belmiro Manuel Ramos, professor do ensino secundário principal, do quadro de pessoal do Ministério da Educação e Desporto.....	256
Extracto de despacho n.º 319/2013:	
Concede aposentação a Bernardo Silva da Fonseca, professor do ensino secundário, do Ministério da Educação e Desporto.....	256
Extracto de despacho n.º 320/2013:	
Concede aposentação a Carlos Alberto Teixeira Resende, ex-distribuidor, dos Correios de Cabo Verde.....	257
Extracto de despacho n.º 321/2013:	
Concede aposentação a Maria de Fátima Tavares Martins Vaz, professora primária, do quadro de pessoal do Ministério da Educação e Desporto.....	257
Extracto de despacho n.º 322/2013:	
Concede aposentação a Fátima da Conceição de Sousa Carvalho, professora do ensino secundário principal, do quadro de pessoal do Ministério de Educação e Desportos.....	257
Extracto de despacho n.º 323/2013:	
Concede aposentação a Domingos Tavares Moreira, 1.º subchefe da Polícia Nacional do quadro de pessoal do Ministério de Administração Interna.....	257
Extracto de despacho n.º 324/2013:	
Concede aposentação a Amélia Antónia Sousa, educadora de infância, do quadro de pessoal do Ministério de Educação e Desportos.....	257
Extracto de despacho n.º 325/2013:	
Concede aposentação a Maria Josefina de Fátima Silva da Piedade Freire, professora de ensino básico de primeira, do quadro de pessoal do Ministério da Educação e Desporto.....	257
Extracto de despacho n.º 326/2013:	
Concede aposentação a Noémia Benjamim Vieira Lopes dos Santos, professora primária, do Ministério da Educação e Desporto.....	258
Extracto de despacho n.º 327/2013:	
Concede aposentação a Ismael Ruben Araújo Ferro, ex-operário semi-qualificado do quadro de pessoal do ex- Ministério de Habitação e Obras Públicas.....	258
Extracto de despacho n.º 328/2013:	
Concede aposentação a Leonilde Eunice Gonçalves King, professora do ensino secundário, do Ministério da Educação e Desporto.....	258
Extracto de despacho n.º 329/2013:	
Concede aposentação a Domingos Mendes Tavares, professor do ensino básico de principal, do quadro de pessoal do Ministério da Educação e Desporto.....	
Extracto de despacho n.º 330/2013:258	
Concede aposentação a Maria Isabel Ferreira de Pina Barros, enfermeira assistente, do quadro de pessoal do Ministério da Saúde.....	259

MINISTÉRIO DA SAÚDE:

Direcção-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão:

Extracto de despacho nº 331/2013:

Nomeia provisoriamente, Maurício Paulo Monteiro de Pina Reverdes, no cargo de médico geral. 259

Extracto de despacho nº 332/2013:

Nomeia Jaqueline Vieira Lopes, para, em comissão de serviço, exercer as funções de administradora do Hospital Dr. Agostinho Neto. 259

Extracto de despacho nº 333/2013:

Nomeia Paulo Sérgio Soares Vieira e Miguel Arcangelo Silva Melo Lopes, para em comissão de serviço exercer o cargo que indica. 259

Extracto de despacho nº 334/2013:

Nomeia provisoriamente, Nádia Cristina Dias Silva, no cargo de médico geral. 259

Extracto de despacho nº 335/2013:

Dá por finda a comissão de serviço de Hélder José Miranda Almada do Rosário, no cargo do Director do Hospital Regional Santiago Norte “Santa Rita Vieira” 259

Extracto de despacho nº 336/2013:

Concede licença sem vencimento à Alicia Ramos Rodrigues, médica geral, do quadro de pessoal do Ministério da Saúde. 259

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DO PLANEAMENTO:

Direcção Nacional do Orçamento e da Contabilidade Pública:

Rectificação nº 36/2013:

Rectifica o despacho do Director Nacional do Orçamento e da Contabilidade pública, respeitante a pensão de sobrevivência da Maria Manuela Mendes Oliveira. 260

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES:

Direcção-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão:

Extracto de despacho nº 337/2013:

Nomeia Bruno Miguel Duarte Lassy, licenciado em direito, para exercer em comissão ordinária de serviço, o cargo de assessor Jurídico. 260

Extracto de despacho nº 338/2013:

Dá por finda, a comissão ordinária de serviço de Luis António Tavares Araújo, no cargo de condutor de S. Ex^a o Ministro das Relações Exteriores. 260

MINISTÉRIO DA JUVENTUDE, EMPREGO E DESENVOLVIMENTO DOS RECURSOS HUMANOS:

Direcção-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão:

Extracto de despacho nº 339/2013:

Nomeia Perla Eliana Fernandes da Cunha, para, em comissão de serviço, exercer funções de assessora da Ministra da Juventude, Emprego e Desenvolvimento dos Recursos Humanos. 260

Extracto de despacho nº 340/2013:

Nomeia Ermelinda Pina Correia Tavares Lima, para, em comissão de serviço, exercer funções de assessora da Ministra da Juventude, Emprego e Desenvolvimento dos Recursos Humanos. 260

Extracto de despacho nº 341/2013:

Nomeia Artur da Conceição Tavares Sanches, para em comissão ordinária de serviço exercer o cargo de Coordenador do Centro de Emprego e Formação Profissional de Santa Cruz. 260

MINISTÉRIO DO TURISMO, INDÚSTRIA E ENERGIA E MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DO PLANEAMENTO:

Gabinetes dos Ministros:

Despacho conjunto nº 10/2013:

Atribuindo o Estatuto de Utilidade Turística de instalação ao empreendimento turístico denominado “RESTAURANTE OYAZUL” 261

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO RURAL:

Extracto de despacho nº 342/2013:

Autoriza o regresso ao serviço a Emanuel de Jesus Sapinho Gomes Monteiro, quadro do Ministério do Desenvolvimento Rural. 261

Extracto de despacho nº 343/2013:

Autorizado o regresso ao quadro de origem a Maria Celeste Fortes Benchimol, quadro definitivo do Ministério do Desenvolvimento Rural. 261

Extracto de despacho nº 344/2013:

Requisita Sabino Tavares Correia, técnico superior, do quadro do Ministério da Educação e Desporto, para em comissão ordinária de serviço, exercer as funções de Coordenador da Unidade de Gestão da Barragem de Poilão. 261

PARTE D**PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA:***Secretaria:***Aviso nº 1/2013:**

Anuncia a eleição de magistrados do Ministério Público para o Conselho Superior do Ministério Público. 261

PARTE E**UNIVERSIDADE DE CABO VERDE:***Gabinete da Administradora-Geral:***Extracto de despacho conjunto nº 345/2013:**

Transfere, Salvador Leal Moniz, professor do ensino secundário do quadro do Liceu Domingos Ramos, para o quadro de pessoal não docente da Uni-CV, e requisita, Ana Cristina dos Santos, para, desempenhar funções na Universidade de Cabo Verde. 262

Extracto de despacho nº 346/2013:

Transfere, Daniel Henrique Correia Gomes da Costa, para o quadro de pessoal docente da Universidade de Cabo Verde. 262

Extracto de despacho nº 347/2013:

Nomeia Alexandra Maria Eiras Ferreira da Costa Delgado, para, em comissão de serviço, desempenhar o cargo de Presidente do Conselho Directivo do Departamento de Engenharia e Ciências do Mar da Universidade de Cabo Verde. 262

Extracto de despacho nº 348/2013:

Nomeia Elsa Barbosa de Oliveira Simões, para, em comissão de serviço, desempenhar as funções de Presidente do Conselho Directivo da Escola Superior de Ciências Agrárias e Ambientais da Universidade de Cabo Verde. 262

Extracto de despacho nº 349/2013:

Nomeia Maria Adriana Beirão Gonçalves Sousa Carvalho e Marcelo Quintino Galvão Baptista, para exercerem as funções que indica. 262

Extracto de despacho nº 350/2013:

Nomeia Silvestre Vieira Baptista, para, desempenhar o cargo de assessor da equipa reitoral para a área dos cursos de estudos superiores profissionalizantes. 262

Extracto de despacho nº 351/2013:

Dá por finda a nomeação em regime de substituição, Salvador Leal Moniz e nomeia, para em comissão de serviço, Hortênsia Elizabeth de Brito e Silva Rocheteau Gomes Coutinho, nos cargos que indica. 262

Extracto de despacho nº 352/2013:

Nomeia Márcia Souto Ferreira, para, em comissão de serviço, desempenhar o cargo de Directora dos Serviços de Documentação e Edições da Universidade de Cabo Verde. 262

Extracto de despacho nº 353/2013:

Reconduz Alberto Gomes Borges Semedo, no cargo de Director do Gabinete do Magnífico Reitor da Universidade de Cabo Verde. 263

Extracto de despacho nº 354/2013:

Nomeia Bartolomeu Lopes Varela, para exercer o cargo de Pró-Reitor para a graduação, desenvolvimento curricular e qualidade académica e autoriza, a integração na carreira de pessoal docente da Uni-CV. 263

Extracto de despacho nº 355/2013:

Nomeia João Felisberto Semedo, para, em comissão de serviço, desempenhar as funções de Presidente do Conselho Directivo do Departamento de Ciências e Tecnologias da Universidade de Cabo Verde. 263

Extracto de despacho nº 356/2013:

Nomeia Judite da Encarnação Medina do Nascimento, para, em comissão de serviço, desempenhar as funções de Directora do Centro de Investigação em Desenvolvimento Local e Ordenamento do Território (CIDLOT). 263

Extracto de despacho nº 357/2013:

Dá por finda a comissão de serviço de Luís da Costa de Pina, no cargo de Director dos Serviços Académicos e nomeiam Luís da Costa de Pina e Elizabete de Lourdes Andrade Cosmo Pereira, para, em comissão de serviço, desempenhar os cargos que indicam. 263

Extracto de despacho nº 358/2013:

Nomeia Maria Luísa Soares Inocência, para exercer as funções de Directora do núcleo de apoio ao ensino à distância. 263

Rectificações nº 37/2013:

Rectifica o despacho referente a transição do pessoal docente em regime de emprego e de carreira para o quadro de pessoal da Universidade de Cabo Verde. 263

Aditamento nº 1/2013:

Adita à lista dos docentes do departamento de engenharias e ciências do mar, a docente Telma Andrade Freire da Silva. 263

PARTE G

MUNICÍPIO DA BOA VISTA:

Câmara Municipal:

Extracto de despacho nº 359/2013:

Designa Jailson Jorge Neves Pinto, para substituir a Directora do Centro da Juventude durante a sua ausência. 264

MUNICÍPIO DA RIBEIRA GRANDE DE SANTIAGO:

Assembleia Municipal:

Deliberação nº 1/2013:

Retificação do Orçamento Municipal para 2012. 264

Deliberação nº 2/2013:

Profissionaliza os vereadores da Câmara Municipal da Ribeira Grande de Santiago. 266

Deliberação nº 3/2013:

Profissionaliza o exercício do Secretário da mesa de Assembleia Municipal e estabelece a remuneração mensal. 266

Deliberação nº 4/2013:

Aprova a adesão do município da Ribeira Grande de Santiago ao programa Casa Para Todos. 266

Câmara Municipal:

Deliberação nº 17/2013:

Aprova a transição para o quadro de pessoal os funcionários e agentes municipais que indica. 266

MUNICÍPIO DO TARRAFAL DE SANTIAGO:

Câmara Municipal:

Extracto dos despachos nº 360/2013:

Nomeia Adalberto Horta Mendes, Octávio Varela Fernandes, Debrantina Étina de Jerusalém Mendes Moreira, Isabel Mendes Cabral, Magueda Tavares Monteiro, Mário Mendes Tavares e Inácio Borges Barbosa, para, em comissão de serviço exercerem o cargo que indica. 269

PARTE I 1

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA:

Direcção-Geral da Administração:

Anúncio de concurso nº 4/2013:

Torna público a lista dos candidatos seleccionado para teste prático do concurso para categoria de técnicos superiores dos serviços centrais do Ministério da Justiça. 270

PARTE C

CHEFIA DO GOVERNO

Gabinete do Primeiro-Ministro

Extracto do despacho nº 303/2013 – De S. Ex^a o Primeiro Ministro:

De 12 de Março de 2013:

ASSOCIAÇÃO «AGRO-SILVA PASTORIL DE CUTELO CAPADO» - concedido o estatuto de utilidade pública, nos termos do Decreto-Lei nº 59/2005, de 19 de Setembro.

Gabinete do Primeiro-Ministro, na Praia, aos 13 de Março de 2013.
– Director de Gabinete, *José Maria Gomes da Veiga*.

Extracto do despacho nº 304/2013 – De S. Ex^a o Primeiro Ministro:

De 12 de Março de 2013:

“ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES AGRO-PECUÁRIO DE MONTE GENEBRA TRAGROPECU” - concedido o estatuto de utilidade pública, nos termos do Decreto-Lei nº 59/2005, de 19 de Setembro.

Gabinete do Primeiro-Ministro, na Praia, aos 13 de Março de 2013.
– Director de Gabinete, *José Maria Gomes da Veiga*.

Gabinete do Ministro dos Assuntos Parlamentares

Despacho nº 16/2013

De 19 de Março

A Lei nº 71/VII/2010, de 16 de Agosto, que altera o Decreto-Legislativo nº 10/93, de 29 de Junho, no seu artigo 2º (Exercício da Actividade de Radiodifusão) e o Decreto-Regulamentar nº 27/97, de 31 de Dezembro, no seu artigo 5º (Licenciamento), estabelecem que a actividade de radiodifusão carece de licença e é regulada em diploma próprio.

Estabelece o Decreto-Lei nº 37/2007, de 5 de Novembro, na nova redacção que lhe é dada pelo Decreto-Lei nº 50/2010, de 22 de Novembro, nos artigos 8º e 9º, que “podem exercer a actividade de radiodifusão comunitária as fundações, ONG`s e associações comunitárias sem fins lucrativos, desde que legalmente constituídos e devidamente registadas, sedeadas na área da comunidade para a qual pretendem prestar serviço, ...” e que o licenciamento é feito “por despacho de membro do Governo responsável pela área da comunicação social, nos termos do regulamento de concurso público para a atribuição de alvarás da actividade de radiodifusão”.

Assim,

▪ Tendo por base o pedido da Associação dos Deficientes Visuais de Cabo Verde (ADEVIC) - uma entidade sem fins lucrativos, dotada de personalidade jurídica, com sede na

Capital do País – para a atribuição de um alvará para o exercício da actividade de radiodifusão sonora, de âmbito comunitário e cobertura local restrita;

- Considerando o facto de não haver concurso público de momento para a atribuição de alvarás;
- Tomando em consideração que o projecto apresentado pela Associação acima referida cumpre todos os requisitos exigidos pela lei; e
- Precedendo parecer técnico favorável da Direcção-Geral da Comunicação Social.

Nestes termos, ao abrigo do disposto no artigo 8.º do Decreto-Regulamentar n.º 27/97, de 31 de Dezembro, e dos artigos 8º e 9º do Decreto-Lei n.º 37/2007, de 5 de Novembro, na redacção que lhe é dada pelo Decreto-Lei n.º 50/2010, de 22 de Novembro,

No uso da faculdade conferida pela alínea b) do artigo 205.º e pelo n.º 3 do artigo 264.º da Constituição da República;

Manda o Governo, pelo membro do Governo responsável pela área da Comunicação Social o seguinte:

Artigo 1.º

É concedida à Associação dos Deficientes Visuais de Cabo Verde (ADEVIC), entidade sem fins lucrativos e com sede em Achada de São Filipe, Cidade da Praia desta ilha de Santiago, autorização provisória para operar a Radio Comunitária Voz de ADEVIC e emitir sinais radiofónicos, com emissor de cobertura local, na Cidade da Praia e arredores.

Artigo 2.º

A emissão de sinais radiofónicos a que se refere o artigo 1º deve ser feita em Onda Média (AM), em Estéreo, Banda 531 – 1602 MHZ, ou, caso houver disponibilidade junto do organismo competente pela gestão do espectro, em Frequência Modelada (FM), mono/ estéreo, Banda de 87,5 – 108 MHZ.

Artigo 3.º

Pela concessão da presente autorização a “Rádio Comunitária Voz de ADEVIC” deve pagar as taxas fixadas na lei.

Artigo 4.º

1. A presente autorização é de carácter provisória até a abertura do próximo concurso público para o exercício da actividade de operador de radiodifusão sonora.

2. Caso não ocorrer a abertura do concurso referido no n.º anterior nos próximos dez anos, a válida desta autorização fica fixada neste limite de anos, sendo renovável por iguais períodos de tempo à solicitação do respectivo titular.

Artigo 5.º

O presente despacho entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Cumpra-se:

Gabinete do Ministro dos Assuntos Parlamentares, na Praia, aos 13 de Março de 2013. – O Ministro, *Rui Mendes Semedo*.

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Direcção-Geral da Administração Pública

Extracto de despacho n.º 305/2013 – Da Directora-Geral da Administração Pública, por subdelegação de competência de S. Ex.º o Secretário de Estado da Administração Pública:

De 28 de Setembro de 2012:

Amadeu Luís António Barbosa, ex-secretário municipal do quadro de pessoal da Câmara Municipal da Brava, - aposentado, nos termos do artigo 5º, n.º 2, alínea b) do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, aprovado pela Lei n.º 61/III/89, de 30 de Dezembro, com direito à pensão anual de 569.400\$00 (quinhentos e

sessenta e nove mil e quatrocentos escudos), sujeita à rectificação, calculada de conformidade com o artigo 37º do mesmo diploma, correspondente a 17 anos e 6 meses de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

(Visado pelo Tribunal de Contas, em 26 de Fevereiro de 2012).

Extracto de despacho n.º 306/2013 – Da Directora-Geral da Administração Pública, por subdelegação de competência de S. Ex.º o Secretário de Estado da Administração Pública:

De 6 de Dezembro de 2012:

Severino Soares Almeida, Ministro Plenipotenciário do 4º escalão, do quadro de pessoal diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades, tendo exercido em comissão ordinária de serviço as funções de embaixador extraordinário e plenipotenciário, - desligado de serviço para efeitos de aposentação antecipada, nos termos do artigo 5º n.º 3 do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, aprovado pela Lei n.º 61/III/89, de 30 de Dezembro conjugado com os artigos 109º e n.º 4 do artigo 102º ambos do Decreto-Lei n.º 27/2009 de 27 de Julho, com direito à pensão provisória anual de 2.172.588\$00 (dois milhões cento e setenta e dois mil, quinhentos e oitenta e oito escudos), sujeita à rectificação calculada em conformidade com o artigo 37º do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, correspondente a 34 anos de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

Por despacho de 5 de Janeiro de 2011 do Director Nacional do Orçamento e da Contabilidade Pública, foi deferido o pedido de descontos para compensação de aposentação, no montante de 84.148\$00 (oitenta e quatro mil, cento e quarenta e oito escudos), que deverá ser descontado em 36 prestações mensais e consecutivas, sendo a primeira no valor de 2.353\$00 e as restantes de 2.337\$00.

É alterado o despacho da Directora-Geral da Administração Pública, por subdelegação de competência de S. Ex.º o Secretário de Estado da Administração Pública, publicado na II Série do *Boletim Oficial* n.º 13/2011, de 30 de Março.

(Visado pelo Tribunal de Contas, em 4 de Março de 2013).

Extracto de despacho n.º 307/2013 – Da Directora-Geral da Administração Pública, por subdelegação de competência de S. Ex.º o Secretário de Estado da Administração Pública:

De 9 de Janeiro de 2013:

Maria do Rosário Fátima Andrade Cabral, professora primária, referência 3, escalão F, do quadro de pessoal do Ministério da Educação e Desportos, - desligado de serviço para efeitos de aposentação, nos termos do artigo 5º, n.º 3, do Estatuto de aposentação e da pensão de Sobrevivência, aprovado pela Lei n.º 61/III/89, de 30 de Dezembro, conjugado com o artigo 81º do Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março, com direito a pensão anual de 661.644\$00 (seiscentos e sessenta e um mil seiscentos e quarenta e quatro escudos), sujeita à rectificação, calculada de conformidade com artigo 37º do mesmo Diploma, correspondente a 32 anos, incluindo os aumentos legais.

É alterado o despacho da Directora-Geral da Administração Pública, por subdelegação de competência de S. Ex.º o Secretário de Estado de Administração Pública, publicado no *Boletim Oficial* n.º 49, II Série de 21 de Dezembro de 2011.

Extracto de despacho n.º 308/2013 – Da Directora-Geral da Administração Pública, por subdelegação de competência de S. Ex.º o Secretário de Estado da Administração Pública:

De 15 de Janeiro de 2013:

Henriqueta de Andrade Monteiro, lavadeira, referência 1, escalão B, do quadro de pessoal do Comando da Região Militar, - aposentada, nos termos do artigo 5º, n.º 1, do Estatuto de Aposentação e da

Pensão de Sobrevivência, aprovado pela Lei nº 61/III/89, de 30 de Dezembro, com direito à pensão anual de 172.680\$00 (cento e setenta e dois mil seiscentos e oitenta escudos), sujeita à rectificação, calculada de conformidade com o artigo 37º do mesmo diploma, correspondente a 34 anos de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

Por despacho de 28 de Dezembro de 2012 do Director Nacional do Orçamento e da Contabilidade Pública, foi deferido o pedido de pagamento de quotas em atraso para compensação de aposentação, referente ao período de 32 anos.

O montante em dívida no valor de 306.891\$00 (trezentos e seis mil oitocentos e noventa e um escudos), poderá ser amortizado em 230 prestações mensais e consecutivas, sendo a primeira de 1.405\$00 e as restantes de 1.334\$00.

(Visados pelo Tribunal de Contas, em 26 de Fevereiro de 2013).

Extracto de despacho nº 309/2013 – Da Directora-Geral da Administração Pública, por subdelegação de competência de S. Exª o Secretário de Estado da Administração Pública:

De 15 de Janeiro de 2013:

Celestino dos Ramos Miranda, comissário, referência 10, escalão A, da Polícia Nacional, - transita à situação de pré-aposentação, nos termos da alínea a) do nº 1, artigo 65º do Decreto-Legislativo nº 8/2010, de 28 de Setembro, com direito à prestação pecuniária anual de 1.130.256\$00 (um milhão, cento e trinta mil, duzentos e cinquenta e seis escudos), sujeita à rectificação, calculada de conformidade com o nº 7 do artigo 66º, do mesmo diploma.

(Visado pelo Tribunal de Contas, em 4 de Março de 2013).

Extracto de despacho nº 310/2013 – Da Directora-Geral da Administração Pública, por subdelegação de competência de S. Exª o Secretário de Estado da Administração Pública:

De 23 de Janeiro de 2013:

João Vieira, auxiliar de verificação, referência 2, escalão F, do quadro de pessoal da Direcção-Geral das Alfândegas, - desligado de serviço para efeitos de aposentação nos termos do artigo 5º, nº 2, alínea b) do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, aprovado pela Lei nº 61/III/89, de 30 de Dezembro, com direito à pensão anual de 615.576\$00 (seiscentos e quinze mil quinhentos e setenta e seis escudos), sujeita à rectificação, calculada de conformidade com o artigo 37º do mesmo diploma, correspondente a 34 anos de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

Por despacho de 7 de Novembro de 2012 do Director Nacional do Orçamento e da Contabilidade Pública, foi deferido o pedido de pagamento de quotas em atraso para compensação de aposentação, referente ao período de 10 anos, 10 meses e 14 dias.

O montante em dívida no valor de 147.400\$00 (cento e quarenta e sete mil e quatrocentos escudos), poderá ser amortizado em 160 prestações mensais e consecutivas, sendo a primeira de 961\$00 e as restantes de 921\$00.

(Visado pelo Tribunal de Contas, em 26 de Fevereiro de 2013).

Extracto de despacho nº 311/2013 – Da Directora-Geral da Administração Pública, por subdelegação de competência de S. Exª o Secretário de Estado da Administração Pública:

De 23 de Janeiro de 2013:

Maria do Rosário Silva Abreu, professora primária, referência 3, escalão B, do Ministério da Educação e Desporto, - desligada de serviço para efeitos de aposentação, nos termos do artigo 5º nº 3, do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência,

aprovado pela Lei nº 61/III/89, de 30 de Dezembro, conjugado com o artigo 81º do Decreto-Legislativo 2/2004, de 29 de Março, com direito a pensão provisória anual de 473.784\$00 (quatrocentos e setenta e três mil, setecentos e oitenta e quatro escudos), sujeita à rectificação, calculada de conformidade com o artigo 37º do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, correspondente a 32 anos de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

Por despacho de 19 de Novembro de 2010 do Director-Geral da Contabilidade Pública, foi deferido o pedido de pagamento das quotas em atraso para compensação de aposentação, referente a 7 anos, 10 meses e 10 dias.

A dívida no montante de 169.618\$00 (cento e sessenta e nove mil, seiscentos e dezoito escudos), deverá ser amortizada em 270 prestações mensais e consecutivas, sendo a primeira no valor de 686\$00 e as restantes no valor de 628\$00.

É alterado o despacho da Directora-Geral da Administração Pública, por subdelegação de competência de S. Exª o Secretário de Estado da Administração Pública, publicado na II Série do *Boletim Oficial* nº 6/2012, de 30 de Janeiro.

Extracto de despacho nº 312/2013 – Da Directora-Geral da Administração Pública, por subdelegação de competência de S. Exª o Secretário de Estado da Administração Pública:

De 23 de Janeiro de 2013:

Rosa Soares Tavares, professora primária, referência 3, escalão D, do Ministério da Educação e Desporto, - desligada de serviço para efeitos de aposentação, nos termos do artigo 5º nº 3, do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, aprovado pela Lei nº 61/III/89, de 30 de Dezembro, conjugado com o artigo 81º do Decreto-Legislativo 2/2004, de 29 de Março, com direito a pensão provisória anual de 540.432\$00 (quinhentos e quarenta mil, quatrocentos e trinta e dois escudos), sujeita à rectificação, calculada de conformidade com o artigo 37º do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, correspondente a 32 anos de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

Por despacho de 29 de Agosto de 2007 do Director-Geral da Contabilidade Pública, foi deferido o pedido de pagamento das quotas em atraso para compensação de aposentação, referente a 13 anos, 4 meses e 12 dias.

A dívida no montante de 300.429\$00 (trezentos mil, quatrocentos e vinte e nove escudos), deverá ser amortizada em 180 prestações mensais e consecutivas, sendo a primeira no valor de 1.678\$00 e as restantes no valor de 1.669\$00.

É alterado o despacho de S. Exª o Secretário de Estado da Administração Pública, publicado na II Série do *Boletim Oficial* nº 16/2009, de 6 de Maio

(Visados pelo Tribunal de Contas, em 1 de Março de 2013).

Extracto de despacho nº 313/2013 – Da Directora-Geral da Administração Pública, por subdelegação de competência de S. Exª o Secretário de Estado da Administração Pública:

De 23 de Janeiro de 2013:

Rosa Lima Bandeira Pires, ajudante de serviços gerais referência 1, escalão C, do quadro privativo do Hospital Dr. Baptista de Sousa, - desligada de serviço para efeitos de aposentação, nos termos da alínea a), nº 2 do artigo 5º, do Estatuto de Aposentação e Pensão de Sobrevivência, aprovado pela Lei nº 61/III/89 de 30 de Dezembro, por ter sido julgada incapacitada para o exercício de qualquer actividade profissional, conforme o parecer da Junta de Saúde Barlavento, emitida em sessão de 24 de Abril de 2012, homologado por despacho do Director-Geral de Saúde de 5 de Maio do mesmo ano, com direito à pensão anual de 216.288\$00 (duzentos e dezasseis mil, duzentos e oitenta e oito escudos), sujeita à rectificação, calculada de conformidade com o artigo 37º do mesmo Estatuto, correspondente a 34 anos de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

Extracto de despacho n.º 314/2013 – Da Directora-Geral da Administração Pública, por subdelegação de competência de S. Ex.ª o Secretário de Estado da Administração Pública:

De 23 de Janeiro de 2013:

Orlanda de Sousa Monteiro Barbosa, ajudante de serviços gerais, referência 1, escalão A, do quadro de pessoal do Ministério da Educação e Desporto, - desligada de serviço para efeitos de aposentação, nos termos do artigo 5.º, n.º 2, alínea b) do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, aprovado pela Lei n.º 61/III/89, de 30 de Dezembro, com direito à pensão anual de 153.840\$00 (cento e cinquenta e três mil oitocentos e quarenta escudos), sujeita à rectificação, calculada de conformidade com o artigo 37.º do mesmo diploma, correspondente a 31 anos, 2 meses e 17 dias de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

Por despacho de 7 Setembro de 2012 do Director da Contabilidade Pública, foi deferido o pedido de pagamento de quotas em atraso para compensação de aposentação, referente ao período de 31 anos, 2 meses e 17 dias.

O montante em dívida no valor de 260.261\$00 (duzentos e sessenta mil duzentos e sessenta e um escudos), poderá ser amortizado em 270 prestações mensais e consecutivas, sendo a primeira de 945\$00 e as restantes de 964\$00.

Extracto de despacho n.º 315/2013 – Da Directora-Geral da Administração Pública, por subdelegação de competência de S. Ex.ª o Secretário de Estado da Administração Pública:

De 25 de Janeiro de 2013:

Paulo Mendes de Carvalho, ex-trabalhador jornalista, da Câmara Municipal de São Domingos, - aposentado, nos termos do artigo 5.º, n.º 2, alínea b), do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, aprovado pela Lei n.º 61/III/89, de 30 de Dezembro, com direito a pensão provisória anual de 114.372\$00 (cento e catorze mil, trezentos e setenta e dois escudos) sujeita à rectificação, calculada de conformidade com o artigo 37.º do mesmo Estatuto, correspondente a 31 anos e 9 meses de serviço prestado ao Estado.

Por despacho de 25 de Outubro de 2012, do Director Nacional de Orçamento e da Contabilidade Pública, foi deferido o pedido de pagamento de quotas em atraso para compensação de aposentação, referente ao período de 18 anos, 11 meses e 2 dias.

A dívida no montante de 190.532\$00 (cento e noventa mil, quinhentos e trinta e dois escudos), poderá ser amortizada em 270 prestações mensais e consecutivas, sendo a primeira no valor de 618\$00 e as restantes no valor de 706\$00.

Por despacho de 14 de Janeiro de 2013, do Presidente da Câmara Municipal de S. Domingos, foi deferido o pedido de pagamento de quotas em atraso para compensação de aposentação, referente a 4 anos e 10 meses.

O montante em dívida no valor de 37.208\$00 (trinta e sete mil, duzentos e oito escudos) poderá ser amortizado em 80 prestações mensais e consecutivas, sendo a primeira no valor de 473\$00 e as restantes de 465\$00.

Esta pensão será dividida proporcionalmente da seguinte forma:

Orçamento Geral do Estado:	102.360\$00
Orçamento Municipal:	12.012\$00

Extracto de despacho n.º 316/2013 – Da Directora-Geral da Administração Pública, por subdelegação de competência de S. Ex.ª o Secretário de Estado da Administração Pública:

De 25 de Janeiro de 2013:

Judite Rodrigues Pires, enfermeira graduada escalão I, índice 145 do quadro do Ministério da Saúde - desligada de serviço, para efeitos de aposentação, nos termos do artigo 5.º n.º 1 do Estatuto de Aposentação e Rosa da Pensão de Sobrevivência, aprovado pela Lei

n.º 61/III/89, de 30 de Dezembro, com direito à pensão provisória anual de 817.452\$00 (oitocentos e dezassete mil, quatrocentos e cinquenta e dois escudos), sujeita à rectificação, calculada de conformidade com o artigo 37.º do Estatuto de Aposentação e Rosa da Pensão de Sobrevivência, correspondente a 34 anos de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

Extracto de despacho n.º 317/2013 – Da Directora-Geral da Administração Pública, por subdelegação de competência de S. Ex.ª o Secretário de Estado da Administração Pública:

De 25 de Janeiro de 2013:

Claudino José Correia Sanches Cardoso, oficial administrativo referência 8, escalão D, do quadro privativo do Hospital Dr. Agostinho Neto - desligado de serviço para efeitos de aposentação, nos termos da alínea a), n.º 2 do artigo 5.º, do Estatuto de Aposentação e Pensão de Sobrevivência, aprovado pela Lei n.º 61/III/89 de 30 de Dezembro, por ter sido julgada incapacitada para o exercício de qualquer actividade profissional, conforme o parecer da Junta de Saúde de Sotavento, emitida em sessão de 7 de Outubro de 2010, homologado por despacho do Director-Geral de Saúde de 18 de Outubro do mesmo ano, com direito à pensão anual de 477.048\$00 (quatrocentos e setenta e sete mil e quarenta e oito escudos), sujeita à rectificação, calculada de conformidade com o artigo 37.º do mesmo Estatuto, correspondente a 34 anos de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

Por despacho de 21 de Outubro de 2011, do Director Nacional do Orçamento e da Contabilidade Pública, foi deferido o pedido de pagamento das quotas em atraso para compensação de aposentação, referente a 6 anos, 2 meses e 24 dias de serviço.

O montante em dívida no valor de 161.794\$00 (cento e sessenta e um mil, setecentos e noventa e quatro escudos), poderá ser amortizada em 180 prestações mensais e consecutivas, sendo a 1.ª no valor de 873\$00 e as restantes no valor de 899\$00.

(Visados pelo Tribunal de Contas, em 4 de Março de 2013).

Extracto de despacho n.º 318/2013 – Da Directora-Geral da Administração Pública, por subdelegação de competência de S. Ex.ª o Secretário de Estado da Administração Pública:

De 25 de Janeiro de 2013:

Belmiro Manuel Ramos, professor do ensino secundário principal, referência 10, escalão C, do quadro de pessoal do Ministério da Educação e Desporto - desligado de serviço para efeitos de aposentação, nos termos do artigo 5.º, n.º 2, alínea b) do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, aprovado pela Lei n.º 61/III/89, de 30 de Dezembro, com direito à pensão anual de 1.241.052\$00 (um milhão duzentos e quarenta e um mil e cinquenta e dois escudos), sujeita à rectificação, calculada de conformidade com o artigo 37.º do mesmo diploma, correspondente a 32 anos de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

Por despacho de 3 de Julho de 2008 do Director da Contabilidade Pública, foi deferido o pedido de pagamento de quotas em atraso para compensação de aposentação, referente ao período de 31 anos, 7 meses e 25 dias.

O montante em dívida no valor de 129.859\$00 (cento e vinte e nove mil oitocentos e cinquenta e nove escudos), poderá ser amortizado em 60 prestações mensais e consecutivas, sendo a primeira de 2.183\$00 e as restantes de 2.164\$00.

(Visado pelo Tribunal de Contas, em 6 de Março de 2013).

Extracto de despacho n.º 319/2013 – Da Directora-Geral da Administração Pública, por subdelegação de competência de S. Ex.ª o Secretário de Estado da Administração Pública:

De 30 de Janeiro de 2013:

Bernardo Silva da Fonseca, professor do ensino secundário, referência 8, escalão C, do Ministério da Educação e Desporto, - desligado de serviço para efeitos de aposentação, nos termos do artigo 5.º n.º 3, do

Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, aprovado pela Lei nº 61/III/89, de 30 de Dezembro, conjugado com o artigo 81º do Decreto-Legislativo 2/2004, de 29 de Março, com direito a pensão provisória anual de 989.604\$00 (novecentos e oitenta e nove mil, seiscentos e quatro escudos), sujeita à rectificação, calculada de conformidade com o artigo 37º do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, correspondente a 32 anos de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

Por despacho de 22 de Fevereiro de 2011 do Director Nacional do Orçamento e da Contabilidade Pública, foi deferido o pedido de pagamento das quotas em atraso para compensação de aposentação, referente a 11 meses e 20 dias.

A dívida no montante de 15.773\$00 (quinze mil, setecentos e setenta e três mil escudos), deverá ser amortizada em 12 prestações mensais e consecutivas, sendo a primeira no valor de 1.319\$00 e as restantes no valor de 1.314\$00.

É alterado o despacho da Directora-Geral da Administração Pública, por subdelegação de competência de S. Exª o Secretário de Estado da Administração Pública, publicado na II Série do *Boletim Oficial* nº 33/2011, de 31 de Agosto.

(Visado pelo Tribunal de Contas, em 1 de Março de 2013).

Extracto de despacho nº 320/2013 – Da Directora-Geral da Administração Pública, por subdelegação de competência de S. Exª o Secretário de Estado da Administração Pública:

De 30 de Janeiro de 2013:

Carlos Alberto Teixeira Resende, ex-distribuidor de 2ª classe dos Correios de Cabo Verde, - aposentado, nos termos do artigo 5º, nº 2, alínea b) do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, aprovado pela Lei nº 61/III/89, de 30 de Dezembro, com direito à pensão anual de 72.000\$00 (setenta e dois mil escudos), calculada de conformidade com o artigo 37º do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, conjugado com o artigo 1º do Decreto-Lei nº 28/2011, de 22 de Agosto, correspondente a 10 anos e 11 meses de serviço prestado ao Estado.

Por despacho de 26 de Setembro de 2012 do Director Nacional do Orçamento e da Contabilidade Pública, foi deferido o pedido de descontos para compensação de aposentação, referente ao período de 1 ano, 7 meses e 29 dias.

O montante em dívida no valor de 16.754\$00 (dezasseis mil, setecentos e cinquenta e quatro escudos), deverá ser amortizado em 36 prestações mensais e consecutivas, sendo a primeira no valor 479\$00 e as restantes no valor de 465\$00.

(Visado pelo Tribunal de Contas, em 4 de Março de 2013).

Extracto de despacho nº 321/2013 – Da Directora-Geral da Administração Pública, por subdelegação de competência de S. Exª o Secretário de Estado da Administração Pública:

De 30 de Janeiro de 2013:

Maria de Fátima Tavares Martins Vaz, professora primária, referência 3, escalão A, do quadro de pessoal do Ministério da Educação e Desporto - desligada de serviço para efeitos de aposentação, nos termos do artigo 5º, nº 3, do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, aprovado pela Lei nº 61/III/89, de 30 de Dezembro, conjugado com o artigo 81º do Decreto-Legislativo nº 2/2004, de 29 de Março, com direito à pensão anual de 277.116\$00 (duzentos e setenta e sete mil cento e dezasseis escudos), sujeita à rectificação, calculada de conformidade com o artigo 37º do mesmo diploma, correspondente a 22 anos, 5 meses e 26 dias de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

Por despacho de 16 de Outubro de 2012 do Director da Contabilidade Pública, foi deferido o pedido de pagamento de quotas em atraso para compensação de aposentação, referente ao período de anos, 10 meses e 19 dias.

O montante em dívida no valor de 14.376\$00 (catorze mil trezentos e setenta e seis escudos), poderá ser amortizado em 12 prestações mensais e consecutivas, sendo a primeira de 1.198\$00 e as restantes de 1.198\$00.

(Visado pelo Tribunal de Contas, em 5 de Março de 2013).

Extracto de despacho nº 322/2013 – Da Directora-Geral da Administração Pública, por subdelegação de competência de S. Exª o Secretário de Estado da Administração Pública:

De 30 de Janeiro de 2013:

Fátima da Conceição de Sousa Carvalho, professora do ensino secundário principal, referência 10, escalão D, do quadro de pessoal do Ministério de Educação e Desportos, - desligada de serviço para efeitos de aposentação, nos termos do artigo 5º, nº 3, do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, aprovado pela Lei nº 61/III/89, de 30 de Dezembro, conjugado com o artigo 81º do Decreto-Legislativo nº 2/2004, de 29 de Março, com direito à pensão anual de 1.349.220\$00 (um milhão trezentos e quarenta e nove mil duzentos e vinte escudos), sujeita à rectificação, calculada de conformidade com o artigo 37º do mesmo diploma, correspondente a 32 anos de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

Extracto de despacho nº 323/2013 – Da Directora-Geral da Administração Pública, por subdelegação de competência de S. Exª o Secretário de Estado da Administração Pública:

De 30 de Janeiro de 2013:

Domingos Tavares Moreira, 1º subchefe da Polícia Nacional do quadro de pessoal do Ministério de Administração Interna - desligado de serviço para efeitos de aposentação, nos termos do artigo 5º, nº 3, do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, aprovado pela Lei nº 61/III/89, de 30 de Dezembro, conjugado com os artigos 70º do Decreto-Legislativo nº 8/2010, de 28 de Setembro, com direito à pensão anual de 954.792\$00 (novecentos e cinquenta e quatro mil setecentos e noventa e dois escudos), sujeita à rectificação, calculada de conformidade com o artigo 37º do mesmo diploma, correspondente a 34 anos de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

Por despacho de 27 de Maio de 2005 do Director da Contabilidade Pública, foi deferido o pedido de pagamento de quotas em atraso para compensação de aposentação, referente ao período de 5 anos, 2 meses.

O montante em dívida no valor de 144.956\$00 (cento e quarenta e quatro mil novecentos e cinquenta e seis escudos), poderá ser amortizado em 75 prestações mensais e consecutivas, sendo a primeira de 1.914\$00 e as restantes de 1.933\$00.

(Visados pelo Tribunal de Contas, em 6 de Março de 2013).

Extracto de despacho nº 324/2013 – Da Directora-Geral da Administração Pública, por subdelegação de competência de S. Exª o Secretário de Estado da Administração Pública:

De 5 de Fevereiro de 2013:

Amélia Antónia Sousa, educadora de infância, referência 8, escalão A, do quadro de pessoal do Ministério de Educação e Desportos, - desligada de serviço para efeitos de aposentação, nos termos do artigo 5º, nº 3, do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, aprovado pela Lei nº 61/III/89, de 30 de Dezembro, conjugado com o artigo 81º do Decreto-Legislativo nº 2/2004, de 29 de Março, com direito à pensão anual de 1.146.972\$00 (um milhão cento e quarenta e seis mil novecentos e setenta e dois escudos), sujeita à rectificação, calculada de conformidade com o artigo 37º do mesmo diploma, correspondente a 32 anos de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

(Visado pelo Tribunal de Contas, em 1 de Março de 2013).

Extracto de despacho nº 325/2013 – Da Directora-Geral da Administração Pública, por subdelegação de competência de S. Exª o Secretário de Estado da Administração Pública:

De 5 de Fevereiro de 2013:

Maria Josefina de Fátima Silva da Piedade Freire, professora de ensino básico de primeira, referência 7 escalão A do quadro de pessoal do Ministério da Educação e Desporto, - desligada de

serviço para efeitos de aposentação, nos termos do artigo 5.º, n.º 3, do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, aprovado pela Lei n.º 61/III/89, de 30 de Dezembro, conjugado com o artigo 81.º do Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março, com direito à pensão anual de 648.912\$00 (seiscentos e quarenta e oito mil novecentos e doze escudos), sujeita à rectificação, calculada de conformidade com o artigo 37.º do mesmo diploma, correspondente a 32 anos de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

Por despacho de 6 de Novembro de 2012 do Director da Contabilidade Pública, foi deferido o pedido de pagamento de quotas em atraso para compensação de aposentação, referente ao período de 10 anos, 2 meses e 24 dias.

O montante em dívida no valor de 171.060\$00 (cento e setenta e um mil e sessenta escudos), poderá ser amortizado em 120 prestações mensais e consecutivas, sendo a primeira de 1.485\$00 e as restantes de 1.425\$00.

Extracto de despacho n.º 326/2013 – Da Directora-Geral da Administração Pública, por subdelegação de competência de S. Ex.ª o Secretário de Estado da Administração Pública:

De 5 de Fevereiro de 2013:

Noémia Benjamim Vieira Lopes dos Santos, professora primária, referência 3, escalão C, do Ministério da Educação e Desporto, - desligada de serviço para efeitos de aposentação, nos termos do artigo 5.º n.º 3, do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, aprovado pela Lei n.º 61/III/89, de 30 de Dezembro, conjugado com o artigo 81.º do Decreto-Legislativo 2/2004, de 29 de Março, com direito a pensão provisória anual de 511.200\$00 (quinhentos e onze mil e duzentos escudos), sujeita à rectificação, calculada de conformidade com o artigo 37.º do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, correspondente a 32 anos de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

Por despacho de 18 de Dezembro de 2006 do Director-Geral da Contabilidade Pública, foi deferido o pedido de pagamento das quotas em atraso para compensação de aposentação, referente a 11 anos, 5 meses e 12 dias.

A dívida no montante de 316.319\$00 (trezentos e dezasseis mil, trezentos e dezanove escudos), deverá ser amortizada em 180 prestações mensais e consecutivas, sendo a primeira no valor de 1.816\$00 e as restantes no valor de 1.757\$00.

É alterado o despacho de S. Ex.ª o Secretário de Estado da Administração Pública, por delegação de S. Ex.ª a Ministra das Finanças e Administração Pública, publicado na II Série do *Boletim Oficial* n.º 51/2010, de 22 de Dezembro.

(Visados pelo Tribunal de Contas, em 6 de Março de 2013).

Extracto de despacho n.º 327/2013 – Da Directora-Geral da Administração Pública, por subdelegação de competência de S. Ex.ª o Secretário de Estado da Administração Pública:

De 11 de Fevereiro de 2013:

Ismael Ruben Araújo Ferro, ex-operário semi-qualificado de 1.ª classe do quadro de pessoal do ex-Ministério de Habitação e Obras Públicas, - aposentado, nos termos do artigo 5.º, n.º 2, alínea a) do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, aprovado pela Lei n.º 61/III/89, de 30 de Dezembro, por ter sido declarado definitivamente incapacitado para exercício da sua actividade profissional, de acordo com a opinião da Junta de Saúde de Sotavento, emitido em sessão de 17 de Maio de 2012 e homologado por despacho do Ministro da Saúde de 28 de Maio de 2012, com direito à pensão anual de 78.792\$00 (setenta e oito mil setecentos e noventa e dois escudos), sujeita à rectificação, calculada de conformidade com o artigo 37.º do mesmo diploma, correspondente a 15 anos e 1 mês de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

Por despacho de 1 de Fevereiro de 2013 do Director da Contabilidade Pública, foi deferido o pedido de pagamento de quotas em atraso para compensação de aposentação, referente ao período de 1 anos, 2 meses e 9 dias.

O montante em dívida no valor de 19.333\$00 (dezanove mil trezentos e trinta e três escudos), poderá ser amortizado em 36 prestações mensais e consecutivas, sendo a primeira de 538\$00 e as restantes de 537\$00.

Extracto de despacho n.º 328/2013 – Da Directora-Geral da Administração Pública, por subdelegação de competência de S. Ex.ª o Secretário de Estado da Administração Pública:

De 11 de Fevereiro de 2013:

Leonilde Eunice Gonçalves King, professora do ensino secundário, referência 9, escalão B, do Ministério da Educação e Desporto, - desligada de serviço para efeitos de aposentação, nos termos do artigo 5.º n.º 3, do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, aprovado pela Lei n.º 61/III/89, de 30 de Dezembro, conjugado com o artigo 81.º do Decreto-Legislativo 2/2004, de 29 de Março, com direito a pensão provisória anual de 367.693\$00 (trezentos e sessenta e sete mil, seiscentos e noventa e três escudos), sujeita à rectificação, calculada de conformidade com o artigo 37.º do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, correspondente a 11 anos e 8 meses de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

Por despacho de 27 de Janeiro de 2012 do Director Nacional do Orçamento e da Contabilidade Pública, foi deferido o pedido de pagamento das quotas em atraso para compensação de aposentação, referente a 11 anos e 8 meses.

A dívida no montante de 210.141\$00 (duzentos e dez mil, cento e quarenta e um escudos), deverá ser amortizada em 180 prestações mensais e consecutivas, sendo a primeira no valor de 1.248\$00 e as restantes no valor de 1.167\$00.

É alterado o despacho da Directora-Geral da Administração Pública, por delegação de S. Ex.ª o Secretário de Estado da Administração Pública, publicado na II Série do *Boletim Oficial* n.º 39/2010, de 29 de Setembro.

(Visados pelo Tribunal de Contas, em 1 de Março de 2013).

Extracto de despacho n.º 329/2013 – Da Directora-Geral da Administração Pública, por subdelegação de competência de S. Ex.ª o Secretário de Estado da Administração Pública:

De 11 de Fevereiro de 2013:

Domingos Mendes Tavares, professor do ensino básico de principal, referência 8, escalão C, do quadro de pessoal do Ministério da Educação e Desporto - desligado de serviço para efeitos de aposentação, nos termos do artigo 5.º, n.º 3, do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, aprovado pela Lei n.º 61/III/89, de 30 de Dezembro, conjugado com o artigo 81.º do Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março, com direito à pensão anual de 1.286.484\$00 (um milhão duzentos e oitenta e seis mil quatrocentos e oitenta e quatro escudos), sujeita à rectificação, calculada de conformidade com o artigo 37.º do mesmo diploma, correspondente a 32 anos de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

Por despacho de 23 de Agosto de 2012 do Director da Contabilidade Pública, foi deferido o pedido de pagamento de quotas em atraso para compensação de aposentação, referente ao período de 11 anos, 11 meses e 14 dias.

O montante em dívida no valor de 302.218\$00 (trezentos e dois mil duzentos e dezoito escudos), poderá ser amortizado em 270 prestações mensais e consecutivas, sendo a primeira de 1.207\$00 e as restantes de 1.119\$00.

(Visado pelo Tribunal de Contas, em 4 de Março de 2013).

Extracto de despacho nº 330/2013 – Da Directora-Geral da Administração Pública, por subdelegação de competência de S. Ex^a o Secretário de Estado da Administração Pública:

De 19 de Fevereiro de 2013:

Maria Isabel Ferreira de Pina Barros, enfermeira assistente, escalão IV, índice 160 do quadro de pessoal do Ministério da Saúde, - desligada de serviço para efeitos de aposentação, nos termos do artigo 5º, nº 1, do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, aprovado pela Lei nº 61/III/89, de 30 de Dezembro, com direito à pensão anual de 1.313.784\$00 (um milhão trezentos e treze mil setecentos e oitenta e quatro escudos), sujeita à rectificação, calculada de conformidade com o artigo 37º do mesmo diploma, correspondente a 34 anos de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

Por despacho de 13 de Março de 1998 do Director da Contabilidade Pública, foi deferido o pedido de pagamento de quotas em atraso para compensação de aposentação, referente ao período de 2 anos, 3 meses e 4 dias.

O montante em dívida no valor de 17.256\$00 (dezassete mil duzentos e cinquenta e seis escudos), poderá ser amortizado em 50 prestações mensais e consecutivas, sendo a primeira de 576\$00 e as restantes de 575\$00.

(Visado pelo Tribunal de Contas, em 1 de Março de 2013).

As despesas têm cabimento na dotação inscrita no capº 30.20, divisão 4º, Cód. 03.05.03.01.01, de orçamento vigente,

Direcção de Serviço de Segurança Social, na Praia, aos 13 de Março de 2013. – O Director de Serviço, *Gerson Soares*.

—oço—

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Direcção-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão

Extractos do despacho nº 331/2013 – De S. Ex^a a Ministra Adjunta e da Saúde:

De 6 de Fevereiro de 2012:

Maurício Paulo Monteiro de Pina Reverdes, médico especialista em medicina intensiva, nomeado provisoriamente no cargo de médico geral – escalão IV, índice 100, ao abrigo do disposto no nº 1 do artigo 13º da Lei nº 102/IV/93, de 31 de Dezembro, conjugado com o artigo 26º da Lei nº 148/IV/95, de 7 de Novembro, com efeitos a partir da data do despacho, por urgente conveniência de serviço.

Extractos do despacho nº 332/2013 – De S. Ex^a a Ministra Adjunta e da Saúde:

De 10 de Abril de 2012:

Jaqueline Vieira Lopes, nomeada, para, em comissão de serviço, exercer as funções de administradora do Hospital “Dr. Agostinho Neto”, ao abrigo do disposto no artigo 15º, alínea a) do artigo 15º do Decreto-Lei nº 14/93, de 15 de Março, conjugado com o 14º da Lei nº 102/IV/93 de 31 de Dezembro.

Extractos do despacho nº 333/2013 – De S. Ex^a a Ministra Adjunta e da Saúde:

De 16 de Maio de 2012:

Paulo Sérgio Soares Vieira, técnico superior, referência 13, escalão A, do quadro da Direcção-Geral do Planeamento Orçamento e Gestão do Ministério da Saúde, nomeado para em comissão de serviço exercer o cargo de Director do Serviço Financeiro e Patrimonial da Direcção-Geral do Planeamento Orçamento e Gestão do Ministério da Saúde, ao abrigo do disposto no artigo 14º alínea a) da Lei nº 102/IV/93, de 31 de Dezembro, conjugado com o nº 2 do artigo 13º do Decreto-Lei nº 39/2010, de 27 de Setembro.

Miguel Arcangelo Silva Melo Lopes, técnico superior de primeira, referência 14, escalão B, do quadro da Direcção-Geral do Planeamento Orçamento e Gestão do Ministério da Saúde, nomeado para em comissão de serviço exercer o cargo de Director do Serviço de Recursos Humanos, da Direcção-Geral do Planeamento Orçamento e Gestão do Ministério da Saúde, ao abrigo do disposto no artigo 14º alínea a) da Lei nº 102/IV/93, de 31 de Dezembro, conjugado com o nº 2 do artigo 13º do Decreto-Lei nº 39/2010, de 27 de Setembro.

(Visados pelo Tribunal de Contas em 28 de Dezembro de 2012).

Extractos do despacho nº 334/2013 – De S. Ex^a a Ministra Adjunta e da Saúde:

De 4 de Junho de 2012:

Nádia Cristina Dias Silva, licenciada em medicina, nomeada provisoriamente no cargo de médica geral – escalão IV, índice 100, ao abrigo do disposto no nº 1 do artigo 13º da Lei nº 102/IV/93, de 31 de Dezembro, conjugado com o artigo 26º da Lei nº 148/IV/95, de 7 de Novembro, com efeitos a partir da data do despacho, por urgente conveniência de serviço.

As despesas têm cabimento na verba inscrita no Cap. 1º Divisão 3º Código 03.01.04.02 do Orçamento do Ministério da Saúde.

Extractos do despacho nº 335/2013 – De S. Ex^a a Ministra Adjunta e da Saúde:

De 6 de Fevereiro de 2013:

Hélder José Miranda Almada do Rosário, médico geral, escalão IV, índice 100, do quadro da Direcção-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão do Ministério da Saúde, exercendo, em comissão de serviço, o cargo do Director do Hospital Regional Santiago Norte “Santa Rita Vieira”, dada por finda a referida comissão de serviço, com efeitos a partir da data em que for efectivamente substituído no cargo.

Extractos do despacho nº 336/2013 – De S. Ex^a a Ministra Adjunta e da Saúde:

De 14 de Março de 2013:

Alicia Ramos Rodrigues, médica geral, escalão IV, índice 110, do quadro de pessoal do Ministério da Saúde, em serviço no Dr. Hospital Agostinho Neto, concedida licença sem vencimento de longa duração, ao abrigo do Decreto-Lei nº 3/2010, de 8 de Março, com efeitos a partir de 10 de Abril de 2013.

Direcção-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão do Ministério da Saúde, na Praia, aos 15 de Março de 2013. – A Directora-Geral, *Serefina Alves*.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DO PLANEAMENTO

Direcção Nacional do Orçamento e da Contabilidade Pública

Rectificação n.º 36/2013

Por ter sido publicado de forma inexacta na II Série do *Boletim Oficial* n.º 5/2013, 23 de Janeiro, o despacho do Director Nacional do Orçamento e da Contabilidade pública, por subdelegação de competência de S. Ex.ª a Ministra das Finanças e do Planeamento, respeitante á pensão de sobrevivência da Maria Manuela Mendes Oliveira, de novo se publica na parte que interessa:

Onde-se lê:

Maria Manuela Mendes Oliveira, na qualidade de Unido de facto de Jaime Maria Leite, que foi aposentado, falecido a 21 de Janeiro 2011, fixada ao abrigo do disposto nos artigos 64.º e artigo 70.º n.º 1 d) da Lei n.º 61/III/89 de 30 de Dezembro, uma pensão de sobrevivência a seu favor o valor anual de 613.404\$00 (seiscentos e treze mil e quatrocentos e quatro escudos) conforme a discriminação seguinte:

Este despacho produz efeitos a partir de 21 de Janeiro de 2011 de acordo com o artigo 80.º do Estatuto de Aposentação e Pensão de Sobrevivência.

A despesa tem cabimento na verba da Orgânica 10.12 Div.15 – cl. 3.05.03.01.02 - encargos comuns do orçamento vigente do Ministério das Finanças.

Deve ler-se:

Maria Manuela Mendes Oliveira, na qualidade de Unido de facto de Jaime Maria Leite, que foi aposentado, falecido a 21 de Novembro 2011, fixada ao abrigo do disposto nos artigos 64.º e artigo 70.º n.º 1 d) da Lei n.º 61/III/89 de 30 de Dezembro, uma pensão de sobrevivência a seu favor o valor anual de 613.404\$00 (seiscentos e treze mil e quatrocentos e quatro escudos) conforme a discriminação seguinte:

Este despacho produz efeitos a partir de 21 de Novembro de 2011 de acordo com o artigo 80.º do Estatuto de Aposentação e Pensão de Sobrevivência.

A despesa tem cabimento na verba da Orgânica 10.12 Div.15 – cl. 3.05.03.01.02 - encargos comuns do orçamento vigente do Ministério das Finanças.

Direcção Nacional do Orçamento e da Contabilidade Pública do Ministério das Finanças e do Planeamento, aos 12 de Março de 2013. – O Director, *Elias Mendes Monteiro*.

—oço—

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Direcção-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão

Extracto do despacho n.º 337/2013 – De S. Ex.ª o Ministro das Relações Exteriores:

De 18 de Janeiro de 2013:

Bruno Miguel Duarte Lassy, licenciado em direito, nomeado para exercer, em comissão ordinária de serviço, o cargo de assessor Jurídico, nos termos dos artigos 3.º e 4.º do Decreto-Lei n.º 26/2011, de 18 de Julho, com efeitos a partir da data de publicação no *Boletim Oficial*.

Extracto do despacho n.º 338/2013 – De S. Ex.ª o Ministro das Relações Exteriores:

De 12 de Março de 2013:

É dada por finda, a seu pedido, a comissão ordinária de serviço de Luis António Tavares Araújo, no cargo de condutor de S. Ex.ª o Ministro das Relações Exteriores, com efeitos a partir de 1 de Março de 2013.

Serviço de Gestão dos Recursos Humanos do Ministério das Relações Exteriores, na Praia, aos 13 de Março de 2013. – A Directora, *Antonieta Lopes dos Reis*.

—oço—

MINISTÉRIO DA JUVENTUDE, EMPREGO E DESENVOLVIMENTO DOS RECURSOS HUMANOS

Direcção-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão

Extracto do despacho n.º 339/2013 – De S. Ex.ª a Ministra da Juventude Emprego e Desenvolvimento dos Recursos Humanos:

De 31 de Janeiro de 2013:

E nomeada, Perla Eliana Fernandes da Cunha, licenciada em gestão de empresas, nos termos dos n.ºs 1 e 3 do artigo 3.º do Decreto-Legislativo n.º 26/2011 de 18 de Julho, para desempenhar, em comissão de serviço, as funções de assessora da Ministra da Juventude, Emprego e Desenvolvimento dos Recursos Humanos, com efeitos da partir do dia 1 de Fevereiro 2013.

Extracto do despacho n.º 340/2013 – De S. Ex.ª a Ministra da Juventude Emprego e Desenvolvimento dos Recursos Humanos:

De 12 de Fevereiro de 2013:

Ermelinda Pina Correia Tavares Lima, licenciada em ciências sociais e humanas, nomeada nos termos dos n.ºs 1 e 3 do artigo 3.º do Decreto-Legislativo n.º 26/2011, de 18 de Julho, para desempenhar em comissão de serviço, as funções de assessora da Ministra da Juventude, Emprego e Desenvolvimento dos Recursos Humanos, com efeitos a partir de 19 de Fevereiro de 2013.

As despesas têm cabimento na verba inscrita na Divisão 1.ª, classificação económica 02.01.01.01.01, do Gabinete da Ministra.

Extracto do despacho n.º 341/2013 – De S. Ex.ª a Ministra da Juventude Emprego e Desenvolvimento dos Recursos Humanos:

De 13 de Março de 2013:

Artur da Conceição Tavares Sanches, licenciado em engenharia eléctrica, nomeado, sob proposta do conselho de administração do Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP), para em comissão ordinária de serviço exercer o cargo de Coordenador do Centro de Emprego e Formação Profissional de Santa Cruz, nos termos do n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-Regulamentar n.º 6/2011, de 21 de Fevereiro, com efeitos a partir do dia 1 de Abril de 2013.

Direcção-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão do Ministério da Juventude Emprego e Desenvolvimento dos Recursos Humanos, na Praia, aos 13 de Março de 2013. – O Director-Geral, *Silvino Pires Amador*.

MINISTÉRIO DO TURISMO, INDÚSTRIA
E ENERGIA E MINISTÉRIO
DAS FINANÇAS E DO PLANEAMENTO

Gabinetes dos Ministros

Despacho conjunto nº 10/2013

Tendo.

A sociedade “RESTAURANTE CULTURAL CAFÉ, LDA” requerido o Estatuto de Utilidade Turística de instalação a favor do empreendimento turístico denominado “RESTAURANTE OYAZUL, a instalar-se na localidade de Buracona, ilha do Sal, Cabo Verde;

Por se tratar de:

- Um investimento estimado na ordem de 11.000.000\$00 (onze milhões de escudos) e que irá criar 13 postos de trabalho directo;
- Um projeto que vai contribuir para a oferta dos serviços de restauração e animação turística na ilha do Sal;
- Um projecto que vai de encontro à política nacional traçada para o sector do Turismo, no que toca ao tipo e nível dos serviços.

Decidimos,

Atribuir o Estatuto de Utilidade Turística de instalação ao empreendimento turístico denominado “RESTAURANTE OYAZUL”, nos termos dos artigos 3º e 4º da Lei nº 55/VI/2005, de 10 de Janeiro.

Gabinete do Ministro do Turismo, Indústria e Energia e da Ministra das Finanças e do Planeamento, na Praia, aos 6 de Fevereiro de 2013. – Os Ministros, *Humberto Brito e Cristina Duarte*.

—o§o—

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO
RURAL

Direcção-Geral do Planeamento,
Orçamento e Gestão

Extracto do despacho nº 342/2013 – De S. Exª a Ministra do Desenvolvimento Rural:

De 6 de Julho de 2012:

Emanuel de Jesus Sapinho Gomes Monteiro, técnico superior, referência 13, escalão C, do quadro do Ministério do

Desenvolvimento Rural, na situação de licença sem vencimento de longa duração, autorizado o seu regresso, nos termos do artigo 53º do Decreto-Legislativo nº 3/2010, de 8 de Março.

A despesa tem cabimento na verba inscrita na rubrica 03.01.01.02, do orçamento do Ministério do Desenvolvimento Rural. – (Visado pelo Tribunal de Contas em 26 de Fevereiro de 2013).

Extracto do despacho nº 343/2013 – De S. Exª a Ministra do Desenvolvimento Rural:

De 3 de Setembro de 2012:

Maria Celeste Fortes Benchimol, técnica superior referência 13, escalão B, quadro definitivo do Ministério do Desenvolvimento Rural, na situação de licença sem vencimento de longa duração, autorizado o regresso ao quadro de origem, nos termos do artigo 53º do Decreto-Lei nº 3/2010, de 8 de Março.

A despesa tem cabimento na rubrica “despesa com o pessoal” da Direcção-Geral do Planeamento Orçamento e Gestão - Ministério do Desenvolvimento Rural. – (Visado pelo Tribunal de Contas em 4 de Março de 2013).

Extracto do despacho nº 344/2013 – De S. Exª a Ministra do Desenvolvimento Rural:

De 12 de Fevereiro de 2013:

Sabino Tavares Correia, técnico superior, do quadro do Ministério da Educação e Desporto, requisitado nos termos do artigo 8º do Decreto-Lei nº 54/2009, de 7 de Dezembro, para em comissão ordinária de serviço, exercer as funções de Coordenador da Unidade de Gestão da Barragem de Poilão na Delegação de Santa Cruz do Ministério do Desenvolvimento Rural, com efeitos a partir de 1 de Fevereiro de 2013.

Direcção de Serviços de Gestão de Recursos Humanos, Financeiros e Patrimonial do Ministério do Desenvolvimento Rural, na Praia, aos 11 de Março de 2013. – A Directora, *Iara Anancy Abreu Gonçalves Fernandes*

PARTE D

PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

Secretaria

Aviso nº 1/2013

1. Nos termos do nº 2 do artigo 46º da Lei Orgânica do Ministério Público (LOMP), aprovada pela Lei nº 89/VII/2011, de 14 de Fevereiro, anuncia-se a eleição de três magistrados do Ministério Público para o Conselho Superior do Ministério Público.

2. A eleição faz-se em assembleia de magistrados do Ministério Público a realizar no dia 19 de Abril de 2013, pelas 16 horas, na sala de reuniões da Procuradoria-Geral da República.

3. O prazo de apresentação de candidaturas é de dez dias, a partir da data da publicação do presente aviso no *Boletim Oficial*, conforme o disposto no nº 2 do artigo 46º e no nº 3 do artigo 47º da LOMP.

Procuradoria-Geral da República, na Praia, aos 8 de Março de 2013. – O Procurador-Geral, *Júlio César Martins Tavares*.

PARTE E**UNIVERSIDADE DE CABO VERDE****Gabinete da Administradora-Geral**

Despachos conjunto nº 345/2013 – De S. Ex.^a o Ministro do Ensino Superior, Ciência e Inovação e de S. Ex.^a a Ministra da Educação e Desporto:

De 26 de Setembro de 2012:

Por iniciativa da Universidade de Cabo Verde, com acordo do funcionário, e ao abrigo das disposições conjugadas do artigo 5º a 8º do Decreto-Lei n.º 54/2009, de 7 de Dezembro, e nº 4 do artigo 39º dos Estatutos da Uni-CV, é autorizada a transferência do professor do ensino secundário de primeira, referência 9, escalão A, do quadro do Liceu Domingos Ramos, Salvador Leal Moniz, para o quadro de pessoal não docente da Uni-CV, na categoria de técnico superior nível II, referência VII, escalão A, com efeitos a partir de 5 de Março, nos termos do artigo 80º do Decreto-Regulamentar nº 9/2009, ambos de 20 de Abril.

Por iniciativa da Universidade de Cabo Verde, com acordo da funcionária, e ao abrigo do disposto do artigo 5º do Decreto-Lei n.º 54/2009, de 7 de Dezembro, é autorizada a requisição da técnica superior, Ana Cristina dos Santos, mestre em planificação e gestão da educação, afecta ao Serviço de Estudos, Planeamento e Cooperação da DGPOG, do Ministério da Educação e Desporto, para, desempenhar funções na Universidade de Cabo Verde, na categoria de técnica superior, nível II, referência VII, escalão A, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2013.

Despacho conjunto nº 346/2013 – De S. Ex.^a o Ministro do Ensino Superior, Ciência e Inovação e de S. Ex.^a a Ministra das Comunidades:

De 28 de Maio de 2012:

Por iniciativa da Universidade de Cabo Verde, com acordo do funcionário, e ao abrigo das disposições conjugadas do artigo 5º a 8º do Decreto-Lei n.º 54/2009, de 7 de Dezembro, e nº 4 do artigo 39º dos Estatutos da Uni-CV, é autorizada a transferência do técnico superior, nível XI, escalão A, do quadro do Instituto das Comunidades, Daniel Henrique Correia Gomes da Costa, mestre em ciência política, para o quadro de pessoal docente da Universidade de Cabo Verde, na categoria de assistente graduado, referência 2, escalão A, com efeitos a partir de 28 de Maio de 2012.

Extrato despacho nº 347/2013 – Do Magnífico Reitor da Universidade de Cabo Verde:

De 1 de Junho de 2011:

Ao abrigo do disposto no nº 3 do artigo 33.º do Regulamento Orgânico da Universidade de Cabo Verde, aprovado pela deliberação nº 11/2008, de 17 de Setembro de 2008, ambos publicados na I Série do Suplemento ao *Boletim Oficial* nº 36, de 9 de Outubro, nomeia Alexandra Maria Eiras Ferreira da Costa Delgado, doutora em engenharia civil, para, em comissão de serviço, desempenhar o cargo de Presidente do Conselho Directivo do Departamento de Engenharia e Ciências do Mar da Universidade de Cabo Verde, com efeitos a partir de 6 de Julho de 2011.

Extrato despacho nº 348/2013 – Do Magnífico Reitor da Universidade de Cabo Verde:

De 11 de Julho de 2011:

Ao abrigo do disposto no nº 3 do artigo 33º do Regulamento Orgânico da Universidade de Cabo Verde, aprovado pela deliberação nº 11/2008, de 17 de Setembro de 2008, publicado na I Série do Suplemento ao *Boletim Oficial* n.º 36, de 9 de Outubro, nomeia Elsa Barbosa de Oliveira Simões, mestranda em qualidade, marketing e

agronomia alimentar, para, em comissão de serviço, desempenhar as funções de Presidente do Conselho Directivo da Escola Superior de Ciências Agrárias e Ambientais da Universidade de Cabo Verde, com efeitos a partir de 1 de Agosto de 2012.

Extrato despacho nº 349/2013 – Do Magnífico Reitor da Universidade de Cabo Verde:

De 7 de Outubro de 2011:

Tendo os membros da equipa reitoral da Uni-CV, cessado as respectivas funções, nos termos do n.º 2 do artigo 21º dos Estatutos da Universidade de Cabo Verde, aprovados pelo Decreto-Lei nº 53/2006, de 20 de Novembro, na nova redacção dada pelo Decreto-Lei nº 24/2011, de 24 de Maio, bem como do nº 6 do artigo 6º do Decreto-Legislativo nº 13/97, de 1 de Julho, aplicável por força do disposto no n.º 1 do artigo 19º do estatuto do pessoal não docente, aprovado pelo Decreto-Regulamentar n.º 9/2009, de 20 de Abril.

Convindo preencher os cargos de Vice-Reitor e do Pró-Reitor, ao abrigo e nos termos do disposto nas disposições conjugadas do n.º 9, alínea b), do artigo 19º, e n.ºs 1 e 3 do artigo 21º, todos dos Estatutos da Universidade de Cabo Verde, na sua nova redacção dada pelo Decreto-Lei nº 24/2011, de 24 de Maio, nomeia os seguintes cidadãos para exercer as funções que adiante se indicam, tendo sob tutela as seguintes áreas:

1. Áreas de pós-graduações e de investigação - Maria Adriana Beirão Gonçalves Sousa Carvalho, doutora em história, Vice-Reitora, com efeitos a partir de 7 de Outubro de 2011;
2. Áreas dos assuntos pedagógicos e profissionalizantes - Marcelo Quintino Galvão Baptista, doutor em educação, Pró-Reitor, com efeitos a partir de 7 de Outubro de 2011.

Extrato despacho nº 350/2013 – Do Magnífico Reitor da Universidade de Cabo Verde:

De 16 de Fevereiro de 2012:

Ao abrigo do disposto no nº 3 do artigo 33º do Regulamento Orgânico da Universidade de Cabo Verde Uni-CV, aprovado pela deliberação nº 11/2008, de 17 de Setembro de 2008, ambos publicados na I Série do Suplemento ao *Boletim Oficial* n.º 36, de 9 de Outubro, nomeia Silvestre Vieira Baptista, mestre em engenharia electrotécnica, assistente graduado, referência 2, escalão A, para, desempenhar o cargo de assessor da equipa reitoral para a área dos cursos de estudos superiores profissionalizantes, com efeitos a partir de 16 de Fevereiro de 2012.

Extrato despacho nº 351/2013 – Do Magnífico Reitor da Universidade de Cabo Verde:

De 22 de Março de 2012:

É dada por finda a nomeação em regime de substituição de Salvador Leal Moniz, licenciado em ciências de educação, variante administração escolar, no cargo de Administrador-Geral da Universidade de Cabo Verde, com efeitos a partir de 1 de Abril de 2012.

Ao abrigo do disposto no n.º 5 do artigo 21º dos Estatutos da Universidade de Cabo Verde, aprovados pelo Decreto-Lei nº 11/2009, de 20 de Abril e alterado pelo Decreto-Lei nº 24/2011, de 24 de Maio, nomeia Hortênsia Elizabeth de Brito e Silva Rocheteau Gomes Coutinho, mestre em ciências sociais, para em comissão de serviço, desempenhar as funções de Administradora-Geral da Uni-CV, com efeitos a partir do dia 1 de Abril de 2012.

Extrato despacho nº 352/2013 – Do Magnífico Reitor da Universidade de Cabo Verde:

De 30 de Maio de 2012:

Ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 18º do Estatuto do pessoal não docente da Uni-CV, aprovado pelo Decreto-Regulamentar n.º

9/2009, de 20 de Abril, nomeia Márcia Souto Ferreira, mestre em literaturas de língua portuguesa, para, em comissão de serviço, desempenhar o cargo de Directora dos Serviços de Documentação e Edições da Universidade de Cabo Verde, com efeitos a partir de 2 de Junho de 2012.

Extrcato despacho nº 353/2013 – Do Magnífico Reitor da Universidade de Cabo Verde:

De 11 de Junho de 2012:

É reconduzido Alberto Gomes Borges Semedo, no cargo de Director do Gabinete do Magnífico Reitor da Universidade de Cabo Verde, com feitos a partir de 14 de Junho de 2011.

Extrcato despacho nº 354/2013 – Do Magnífico Reitor da Universidade de Cabo Verde:

De 6 de Agosto de 2012:

Por conveniência de serviço, e ao abrigo das disposições conjugadas da alínea b) do nº 9 do artigo 19º e dos nºs 1 e 3 do artigo 21º dos Estatutos da Universidade de Cabo Verde, na nova redacção dada pelo Decreto-Lei nº 24/2011, de 24 de Maio, nomeia Bartolomeu Lopes Varela, doutor em ciências da educação-especialidade em desenvolvimento curricular, professor auxiliar, referência 3, escalão A, afecto ao Departamento de Ciências Sociais e Humanas, para exercer o cargo de Pró-Reitor para a graduação, desenvolvimento curricular e qualidade académica, com efeitos a partir de 1 de Junho de 2012.

Ao abrigo do disposto no nº 3 do artigo 29º do Decreto-Regulamentar nº 9/2009, de 20 de Abril, é autorizada, por intercomunicabilidade, a integração na carreira de pessoal docente da Uni-CV, na categoria de professor auxiliar, referência 3, escalão A, a que se refere o Anexo I ao Decreto-Regulamentar nº 8/2009, de 20 de Abril, de Bartolomeu Lopes Varela, técnico superior de nível III, escalão C, do quadro de pessoal não docente da Universidade de Cabo Verde, doutor em ciências da educação-especialidade em desenvolvimento curricular, ficando, no imediato, afecto ao Departamento de Ciências Sociais e Humanas, com efeitos a partir de 1 de Junho de 2012.

Extrcato despacho nº 355/2013 – Do Magnífico Reitor da Universidade de Cabo Verde:

De 28 de Agosto de 2012:

Ao abrigo do disposto no nº 3 do artigo 33º do Regulamento Orgânico da Universidade de Cabo Verde Uni-CV, aprovado pela deliberação nº 11/2008, de 17 de Setembro de 2008, publicado na I Série do Suplemento ao *Boletim Oficial* nº 36, de 9 e Outubro, nomeia João Felisberto Semedo, doutor em didáctica da matemática e professor auxiliar da Universidade de Cabo Verde, para, em comissão de serviço, desempenhar as funções de Presidente do Conselho Directivo do Departamento de Ciências e Tecnologias da Universidade de Cabo Verde, com efeitos a partir de 1 de Setembro de 2012.

Extrcato despacho nº 356/2013 – Do Magnífico Reitor da Universidade de Cabo Verde:

De 15 de Outubro de 2012:

Ao abrigo do disposto no nº 2 do artigo 37º do Regulamento Orgânico da Universidade de Cabo Verde, aprovado pela deliberação nº 11/2008, de 17 de Setembro, publicado na I Série do Suplemento ao *Boletim Oficial* nº 36, de 9 de Outubro, conjugado com o artigo 14º do regulamento do CIDLOT, nomeia Judite da Encarnação Medina do Nascimento, doutora em geografia, ordenamento do território e urbanismo, para, em comissão de serviço, desempenhar as funções de Directora do Centro de Investigação em Desenvolvimento Local e Ordenamento do Território (CIDLOT), com efeitos a partir de 1 de Outubro de 2012.

Extrcato despacho nº 357/2013 – Do Magnífico Reitor da Universidade de Cabo Verde:

De 12 de Dezembro de 2012:

É dada por finda a respectiva comissão de serviço de Luís da Costa de Pina, no cargo de Director dos Serviços Académicos, com efeitos a partir 1 de Janeiro de 2013.

Ao abrigo do disposto no nº 2 do artigo 18º do estatuto do pessoal não docente da Uni-CV, aprovado pelo Decreto-Regulamentar nº 9/2009, de 20 de Abril, nomeia Luís da Costa de Pina, mestre em administração pública, para, em regime de comissão de serviço, exercer o cargo de assessor da equipa reitoral para as áreas de graduação e da qualidade académica, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2013.

Ao abrigo do disposto no nº 2 do artigo 18º do estatuto do pessoal não docente da Uni-CV, aprovado pelo Decreto-Regulamentar nº 9/2009, de 20 de Abril, nomeia Elizabete de Lourdes Andrade Cosmo Pereira, mestre em ciências da educação, para, em comissão de serviço, desempenhar o cargo de Directora dos Serviços Académicos, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2013.

Extrcato despacho nº 358/2013 – Do Magnífico Reitor da Universidade de Cabo Verde:

De 28 de Janeiro de 2013

No uso da competência que me é conferida pela alínea j) do nº 1 do artigo 20º dos Estatutos da Uni-CV, combinada com o disposto no nº 1 do artigo 9º do Regulamento do Núcleo de Apoio ao Ensino à Distância, aprovado pela deliberação nº 028-CONSU/2012, de 17 de Dezembro, nomeia Maria Luísa Soares Inocêncio, Doutora em Ciências da Educação, para exercer as funções de Directora do núcleo de apoio ao ensino à distância, com efeitos imediatos.

Rectificações nº 37/2013

Por ter sido publicado de forma inexacta no *Boletim Oficial* nº 20, II Série, de 3 de Junho de 2009, o despacho referente a transição do pessoal docente em regime de emprego e de carreira para o quadro de pessoal da Universidade de Cabo Verde, ao abrigo do disposto no artigo 79º, do Decreto - Regulamentar nº 8/2009, de 20 de Abril, de novo se publica a parte que interessa:

Onde se lê:

... Paulino Lima Fortes, professor auxiliar, referência 3, escalão A, vínculo definitivo...

Deve ler-se:

... Paulino Lima Fortes, professor auxiliar, referência 3, escalão B, vínculo definitivo...

Onde se lê:

... Sidónio Lenivelt Spencer Fontes Lima, assistente, referência 1, escalão A, contrato a termo...

Deve ler-se:

... Sidónio Lenivelt Spencer Fontes Lima Monteiro, assistente, referência 1, escalão B, vínculo definitivo....

Aditamento nº 1/2013

É aditada à lista dos docentes do Departamento de Engenharias e Ciências do Mar, a docente Telma Andrade Freire da Silva, assistente, referência 1, escalão A, ao abrigo do disposto no artigo 79º, do Decreto-Regulamentar nº 8/2009, de 20 de Abril, com efeitos a partir de 25 de Maio de 2009.

Gabinete da Administradora-Geral da Universidade de Cabo Verde, na Praia, aos 12 de Março de 2013. – O Administrador-Geral, em exercício, *Salvador Leal Moniz*.

PARTE G**MUNICÍPIO DA BOA VISTA****Câmara Municipal**

Extracto do despacho nº 359/2013 – De S. Ex^a o Presidente da Câmara Municipal da Boa Vista:

De 18 de Fevereiro de 2013:

Jailson Jorge Neves Pinto, técnico profissional, contratado, referência 8, escalão B, da Câmara Municipal da Boa Vista, designado, para substituir a Directora do Centro da Juventude durante a sua ausência, em gozo de férias.

A despesa tem cabimento no Código 02.01,01,01,02 do Orçamento Vigente.

Câmara Municipal da Boa Vista, aos 5 de Março de 2013. – A Secretária Municipal, *Irlandina Livramento Ramos Duarte*.

—o—

MUNICÍPIO DA RIBEIRA GRANDE DE SANTIAGO**Assembleia Municipal**

Deliberação nº 1/2013

Tendo em conta a proposta apresentada pela Câmara Municipal, segundo a qual:

1. Em cumprimento de um dos objetivos orçamentais estabelecidos no Plano de Atividades para o ano de 2012, a Câmara Municipal assumiu o compromisso de contrair a emissão de um empréstimo obrigacionista junto da Bolsa de Valores de Cabo Verde num montante de 320 mil contos, destinado a financiar a aquisição de terrenos e a implementação do projeto Cidade Nova.

2. Entretanto, contra todas as previsões que indicavam ser a operação um verdadeiro sucesso, a desistência intempestiva de uma das agências de crédito, acabou por não viabilizar a operação.

3. Assim, considerando a necessidade de ajustar o Orçamento aprovado à realidade atual, de modo a promover o necessário reequilíbrio, *ex post*, das despesas e receitas municipais.

A Assembleia Municipal da Ribeira Grande de Santiago reunida na sua primeira sessão ordinária, no dia 20 de Setembro de 2012, no uso da competência prevista na alínea *b*) do n.º 2 do artigo 81.º da Lei n.º 134/IV/95, de 3 de Julho (Estatuto dos Municípios), por 7 votos a favor da Bancada do MpD e 5 contra da bancada do PAICV, deliberou o seguinte:

“Aprovar o Orçamento rectificativo do Município para o ano de 2012, conforme os mapas anexos”.

ORÇAMENTO RECTIFICATIVO DO ANO 2012**APROVAÇÕES:**

CÂMARA MUNICIPAL 20 / 09 / 2012

Valor em Escudos

Receitas Ordinárias	Valor	Despesas Ordinárias	Valor
RECEITAS CORRENTES	190.196.139	DESPESAS CORRENTES	170.041.139
RECEITAS DE CAPITAL	140.350.100	DESPESAS DE CAPITAL	160.505.100
CONTAS DE ORDEM	7.001.000	CONTAS DE ORDEM	7.001.000
TOTAL GERAL DO ORÇAMENTO	337.547.239		337.547.239

**MAPA DO CÁLCULO DAS PREVISÕES DO ORÇAMENTO
RECTIFICATIVO DE RECEITAS - 2012**

Código	Designação	Orçamento Inicial	Orçamento Reticativo
1.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	190.196.139,0	190.196.139,0
1.01.00.00.00	Receitas Fiscais		
1.01.01.01.00	Impostos	42.130.769	42.130.769
1.01.01.01.01	Imposto Incêndio	10.000	10.000
1.01.01.01.02	Imposto Único sobre Património	34.320.769	34.320.769
1.01.01.01.03	Imposto Municipal sobre Veículos Automóveis	1.000.000	1.000.000
1.01.01.01.04	Taxa Ecológica	6.800.000	6.800.000
1.01.02.90.00	Outras Receitas Fiscais	900.000	900.000
1.01.02.90.01	Juros de mora	150.000	150.000
1.01.02.90.02	Taxa de relaxe	150.000	150.000
1.01.02.90.03	Multa por infracções fiscais	200.000	200.000
1.01.02.90.04	Outras multas e penalidades	400.000	400.000
1.02.00.00.00	Receitas não Fiscais		
1.02.01.00.00	Multas e outras penalidades	450.000	450.000
1.02.01.01.00	Multas por infracções ao Código de posturas municipais	100.000	100.000
1.02.01.02.00	Outras multas	250.000	250.000
1.02.01.03.00	Coimas diversas	100.000	100.000
1.02.02.00.00	Taxas e Preços Públicos		
1.02.02.01.01	Taxas de Serviços	17.181.000	17.181.000
1.02.02.01.02	Taxas de Serviços de Mercados e Feiras	20.000	20.000
1.02.02.01.03	Taxas de Serviços de Aferição e Conferição	50.000	50.000
1.02.02.01.04	Taxas de Serv. licenc. de instalações abastecedores de carburantes líquidos ar e água	1.000	1.000
1.02.02.01.05	Taxas de Serviços de Publicidade	150.000	150.000
1.02.02.01.06	Taxas de Serviços Licenciam. de Alambiques	200.000	200.000
1.02.02.01.07	Taxas de Serv. Licenciam. de Instalações de comércio	500.000	500.000
1.02.02.01.08	Taxas de Serv. Licenciam. exploração de Automóvel	500.000	500.000
1.02.02.01.09	Taxas de Serviços de Secretaria	600.000	600.000
1.02.02.01.10	Taxas de recolha de Lixo	160.000	160.000
1.02.02.01.11	Taxas de infraestruturacão	10.000.000	10.000.000
1.02.02.01.90	Taxas de Serviços Funcionamento Diversos	5.000.000	5.000.000
1.02.02.02.00	Emolumentos e Custas	500.000	500.000
1.02.02.02.90	Outros emolumentos e custas	500.000	500.000
1.02.02.03.00	Emolumentos pessoais	200.000	200.000
1.02.02.03.01	Serviços de Administração Financeira	0	0
1.02.02.03.90	Serviços Diversos	200.000	200.000
1.02.02.04.00	Bens e Serviços não Patrimoniais	26.166.000	26.166.000
1.02.02.04.01	Serviços de Cemitério	1.000.000	1.000.000
1.02.02.04.02	Serviços de Matadouro e Talho	1.000	1.000
1.02.02.04.03	Serviços de Obras	2.500.000	2.500.000
1.02.02.04.04	Ocupação de Via Pública	200.000	200.000
1.02.02.04.05	Serviços de Registo de Cães	5.000	5.000
1.02.02.04.06	Serviços de Manifesto de Gado	50.000	50.000
1.02.02.04.07	Serviços de Secretaria	500.000	500.000

1.02.02.04.08	Serviços de Trânsito	300.000	300.000
1.02.02.04.09	Taxas de Serviços de Higiene e Saneamento	60.000	60.000
1.02.02.04.10	Serviços de Vistorias	500.000	500.000
1.02.02.04.11	Serviços de Parqueamento de Viaturas	50.000	50.000
1.02.02.04.12	Serviços de Prevenção de Incêndios	0	0
1.02.02.04.13	Serviços de água	13.000.000	13.000.000
1.02.02.04.14	Serviços de Transporte Escolar	6.000.000	6.000.000
1.02.02.04.90	Serviços Diversos	2.000.000	2.000.000
1.02.03.00.00	Rendimentos de Propriedade	5.751.000	5.751.000
1.02.03.00.01	Renda de Edifícios do Municipio	1.000	1.000
1.02.03.00.02	Renda de Habitações do Municipio	0	0
1.02.03.00.03	Renda Terrenos - outros sectores	150.000	150.000
1.02.03.00.04	Rendas diversas	50.000	50.000
1.02.03.00.05	Alugures de equipamentos	400.000	400.000
1.02.03.00.06	Alugueres diversos	50.000	50.000
1.02.03.00.07	Serviços Gerais	100.000	100.000
1.02.03.00.90	Trabalhos Por Conta de Terceiros	5.000.000	5.000.000
1.02.06.00.00	Transferências Correntes	83.700.000	83.700.000
1.02.06.01.00	Sector público		0
1.02.06.01.01	Fundo de Financiamento dos Municipios	81.500.000	81.500.000
1.02.06.01.02	Cauções e depositos/valores perdidos a favor Municipio	200.000	200.000
1.02.06.01.03	Comparticipação na venda de terrenos nas ZDTI	2.000.000	2.000.000
1.02.06.01.04	Comparticipação na renda de concessão aeroportuários		0
1.02.04.00.00	Cotização para Fundo de Previdência	7.617.370	7.617.370
1.02.04.01.00	Taxa Social Única	0	0
1.02.04.02.00	Caixa de Aposentação e pensões	0	0
1.02.04.90.00	Cotizações Diversas Para Segurança Social	7.617.370	7.617.370
1.02.07.00.00	Venda de Bens Duradouros	0	0
1.02.07.00.90	Outros sectores	0	0
1.02.07.03.00	Venda de Serviços e Bens não Duradouros	350.000	350.000
1.02.07.03.01	Património do Municipio	50.000	50.000
1.02.07.03.02	Vendas de Publicações e Impressos	100.000	100.000
1.02.07.03.90	Serviços Gerais	200.000	200.000
1.02.08.00.00	Outras Receitas Correntes	5.250.000	5.250.000
1.02.08.01.00	Saldos Orçamentais	5.000.000	5.000.000
1.02.08.02.00	Reposições de Fundos	250.000	250.000
2.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	447.351.100	140.350.100
2.02.00.00.00	Imobilizações Corpóreas	54.200.000	54.200.000
2.02.01.00.00	Terrenos	50.000.000	50.000.000
2.02.02.00.00	Habitacões	0	0
2.02.03.00.00	Edifícios	0	0
2.02.04.00.00	Maquinaria e equipamento	500.000	500.000
2.02.05.00.00	Equipamentos de carga e transporte	1.700.000	1.700.000
2.02.06.00.00	Equipamentos Administrativos	0	0

2.02.90.00.00	Outras imobilizações corpóreas	2.000.000	2.000.000
2.04.00.00.00	Transferências de Capital		66.150.100
2.04.00.01.00	Transfer. Administrações Públicas e Privadas	14.001.000	14.001.000
2.04.00.01.01	Plano Ambiental Municipal	1.000	1.000
2.04.00.01.02	Comparticipação do Estado Pra Investimentos	6.000.000	6.000.000
2.04.00.01.03	Contrato Programas	0	0
2.04.00.01.04	Transferências das Administrações Privadas	3.000.000	3.000.000
2.04.00.01.90	Outras Transferências	5.000.000	5.000.000
2.04.00.03.00	Transferências do exterior	52.149.100	52.149.100
2.04.00.03.01	Donativos	5.000.000	5.000.000
2.04.00.03.90	Outras transferências	47.149.100	47.149.100
2.05.00.00.00	Operações Financeiras		
5.01.00.00.00	Operações activas	320.000.000	20.000.000
5.01.03.00	Empréstimos obtidos		
5.01.03.01.00	Empréstimo de Curto Prazo		0
5.01.03.02	Empréstimo de M/L Prazo	320.000.000	20.000.000
6.00.00.00	Contas de Ordem	7.001.000	7.001.000
6.00.00.01	Receitas do Estado Cobradas e entregues	7.000.000	7.000.000
6.00.00.02	Dívidas do Estado	0	0
6.00.00.03	Serviços Municipalizados de Promoção Social	1.000	1.000
		637.547.239	337.547.239

Assembleia Municipal da Ribeira Grande de Santiago, aos 20 de Setembro de 2012. – O Presidente, *Domingos Veiga Mendes*.

Deliberação n.º 2/2013

Tendo em conta a proposta apresentada pela Câmara Municipal, segundo a qual:

1. Atendendo à realidade e necessidades peculiares da população do Concelho da Ribeira Grande de Santiago e tendo em conta os objetivos a que nos comprometemos alcançar neste mandato 2012-2016;
2. E atendendo ao facto de a nossa candidatura se ter apresentado ao eleitorado na condição de profissionalização de todos os vereadores eleitos, através do “Pacto Político” que o MPD celebrou com todos os candidatos e com a sociedade em geral,

A Assembleia Municipal da Ribeira Grande de Santiago, reunida na sua primeira sessão ordinária, no dia 20 de Setembro de 2012, no uso da competência prevista na alínea g) do n.º 2 do artigo 81.º da Lei n.º 134/IV/95, de 3 de Julho (Estatuto dos Municípios), por 7 votos a favor da Bancada do MPD e 5 votos contra da bancada do PAICV, deliberou o seguinte:

“Aprovar a profissionalização de todos os vereadores a tempo inteiro”. Assembleia Municipal da Ribeira Grande de Santiago, aos 20 de Setembro de 2012. – O Presidente, *Domingos Veiga Mendes*.

Deliberação n.º 3/2013

Tendo em conta a proposta apresentada pelos Deputados do MPD da Assembleia Municipal, segundo a qual:

1. A plataforma programática que mereceu a confiança da maioria do eleitorado a 01 de Julho, no tocante ao controlo e fiscalização da atividade governativa municipal, defende em primeira mão, a dignificação da função e do papel da Assembleia Municipal;
2. O programa de governação elege como preocupação maior do mandato 2012/2016, a procura incessante da competência, da organização, do rigor na gestão, a instauração de um planeamento científico, da participação ativa da sociedade civil;
3. Nesta circunstância, a missão e a responsabilidade da Assembleia ficaram mais do que nunca tributárias de um apoio institucional consistente que passa necessariamente pela função de um secretário da mesa de Assembleia.

Com base nestes pressupostos, a Assembleia Municipal de Ribeira Grande de Santiago reunida na sua primeira sessão ordinária, no dia 20 de Setembro, no uso da competência prevista no artigo 72º da Lei n.º 134/IV/95, de 3 de Julho (Estatuto dos Municípios), por 7 votos a favor da Bancada do MPD e 5 abstenções da bancada do PAICV, deliberou o seguinte:

“Aprovar a profissionalização do exercício de funções do secretário da mesa de Assembleia Municipal a tempo inteiro e estabelece uma remuneração mensal equivalente a 110.000\$00”.

Assembleia Municipal da Ribeira Grande de Santiago, aos 20 de Setembro de 2012. – O Presidente, *Domingos Veiga Mendes*.

Deliberação n.º 4/2013

Tendo em conta a proposta apresentada pela Câmara Municipal, segundo a qual:

1. Atendendo às grandes necessidades e penúria habitacional sentidas pela população do Concelho da Ribeira Grande de Santiago e tendo em conta os objetivos a que nos comprometemos alcançar neste mandato 2012 – 2016;
2. E atendendo ao facto de sempre termos defendido que a melhor forma de servirmos os nossos cidadãos é não desperdiçarmos as regras e princípios de boas relações e respeitosa colaboração entre os poderes Central e Local,

A Assembleia Municipal da Ribeira Grande de Santiago reunida na sua primeira sessão ordinária, no dia 20 de Setembro, no uso da competência prevista na alínea j), do n.º 1, artigo 81º, da Lei n.º 134/IV/95, de 3 de Julho (Estatuto dos Municípios), por unanimidade, deliberou o seguinte:

“Aprovar a adesão do município da Ribeira Grande de Santiago ao programa Casa Para Todos”.

Assembleia Municipal da Ribeira Grande de Santiago, aos 20 de Setembro de 2012. – O Presidente, *Domingos Veiga Mendes*.

Câmara Municipal

Deliberação n.º 17/2013

A Câmara Municipal de Ribeira Grande de Santiago, reunida no dia 29 de Dezembro de 2011, deliberou, por unanimidade, aprovar a transição para o quadro de pessoal dos seguintes funcionários e agentes municipais que transitam para os cargos e formas de provimento seguintes, nos termos previstos nos artigos 19º, n.º 3, 20º, 21º e 22º da Lei n.º 63/VI/2005, de 9 de Maio, dando cumprimento ao estatuído na referida Lei.

A presente deliberação produz efeitos a partir de 1 de Janeiro do ano de 2012.

Anexo

Relação de funcionarios e agentes municipais que transitam para os cargos e formas de provimento seguintes, nos termos previstos na lei nº 63/VI/2005, de 9 de maio, e noutros diplomas legais sobre a matéria

CARREIRA	Nº DE ORD	NOME	Cargo	Ref ^a	Esc.	Forma de Provimento	Obs
Pessoal Técnico	1	Amandio Augusto Brito Martins Tavares	Tec. Superior	13	A	Nomeação Provisória	a)
	2	Paula Cristina dos Santos da Veiga	Tec. Superior	13	A	Nomeação Provisória	g)
	3	Ernestina Pereira Rocha	Tec. Superior	13	A	Nomeação Provisória	c)
	4	João Gilberto Vieira	Tec. Superior	13	A	Nomeação Provisória	g)
	5	José Luis Gomes Xavier	Tec. Superior	13	A	Nomeação Provisória	d)
	6	Domingos Veiga Mendes	Tec. Superior	13	A	Nomeação Provisória	c)
	7	Adilson Pereira Semedo	Tec. Superior	13	A	Nomeação Provisória	
	8	Natalino Lopes Vaz Semedo	Tec. Superior	13	A	Nomeação Provisória	
	9	Elisabeth dos Santos Cardoso Oliveira	Tec. Superior	13	A	Nomeação Provisória	
	10	David Lima Gomes	Tec. Adjunto	11	A	Nomeação Provisória	e)
	11	Olavo Francisco de Barros de Sousa	Tec. Adjunto	11	A	Nomeação Provisória	
	12	Cesaltina da Cruz Cabral	Tec. Adjunto	11	A	Nomeação Provisória	f)
	13	Enilton Gonçalves Pereira	Tec. Adjunto	11	A	Nomeação Provisória	g)
Pes. Téc. Profissional	14	Lucibela Lopes Vaz Furtado	Tec. Prof. 1º nível	8	A	Nomeação Provisória	
	15	Adilson Carlos Lopes Pereira	Tec. Prof. 1º nível	8	A	Nomeação Provisória	
	16	Mariano Lopes Moniz	Tec. Prof. 1º nível	8	A	Nomeação Provisória	
	17	Ermelindo Sanches Batalha	Tec. Prof. 1º nível	8	A	Nomeação Provisória	
Pessoal Administrativo	18	Antonio Gomes de Almeida	Assistente Administrativo	6	B	Nomeação Provisória	
	19	Edna de Brito Almeida	Assistente Administrativo	6	A	Nomeação Provisória	
	20	Lucia Pereira Barbosa	Assistente Administrativo	6	A	Nomeação Provisória	
	21	Diamantino Semedo Lopes Moreno	Assistente Administrativo	6	A	Nomeação Provisória	
	22	Liudmila Sena Mendonça Pereira	Assistente Administrativo	6	A	Nomeação Provisória	b)
	23	Ana Lina Brito da Moura	Assistente Administrativo	6	A	Nomeação Provisória	
	24	Auta Isabel Lopes Pereira	Assistente Administrativo	6	A	Nomeação Provisória	
25	Maria Olinda Fortes Monteiro	Tesoureira	7	A	Nomeação Provisória		
Pessoal Auxiliar	26	Alexandre Mota Ramos	Condutor Auto Pesado	4	B	Nomeação Provisória	h)
	27	José Carlos Lopes Moreno Semedo	Condutor Auto Pesado	4	B	Nomeação Provisória	
	28	Anilton Jorge Martins Furtado	Condutor Auto Pesado	4	A	Nomeação Provisória	
	29	Aguinaldo Rocha Varela	Condutor Auto Pesado	4	A	Nomeação Provisória	
	30	Bernaldino Gomes Varela	Condutor Auto Pesado	4	A	Nomeação Provisória	
	31	Alexandre Vaz Martins	Condutor Auto Pesado	4	A	Nomeação Provisória	
	32	Hermenegildo Lopes da Veiga	Condutor Auto Pesado	4	A	Contrato Trabalho a Termo	
	33	Graciano Tavares Barbosa	Condutor Auto Pesado	4	A	Nomeação Provisória	
	34	José Xavier Gomes	Condutor Auto Pesado	4	A	Nomeação Provisória	i)
	35	Luis Manuel Tavares Gonçalves	Condutor Auto Pesado	4	A	Contrato Trabalho a Termo	
	36	Diamantino de Jesus Sequeira Nunes Tavares	Condutor Auto Pesado	4	A	Contrato Trabalho a Termo	
	37	Carlos Alberto Monteiro Rocha	Condutor Auto Pesado	4	A	Nomeação Provisória	
	38	Ailton Rocha Sequeira	Condutor Auto Pesado	4	A	Contrato Trabalho a Termo	
	39	Abner Nuno Vital da Fonseca	Condutor Auto Pesado	4	A	Contrato Trabalho a Termo	
	40	José Augusto Varela Rocha Mascarenhas	Condutor Auto Pesado	4	A	Contrato Trabalho a Termo	
	41	Ezequiel Gomes Moura	Condutor Auto Ligeiro	2	A	Nomeação Provisória	
	42	Milena Gomes dos Anjos	Aj. Serv. Gerais	1	B	Nomeação Provisória	
	43	Lucete Gomes dos Anjos	Aj. Serv. Gerais	1	A	Nomeação Provisória	
	44	Maria Eduarda Vieira Lopes	Aj. Serv. Gerais	1	A	Nomeação Provisória	
	45	Celestina Semedo Varela Moreira	Aj. Serv. Gerais	1	A	Contrato Trabalho a Termo	
	46	Isaurinda Tavares Lopes	Aj. Serv. Gerais	1	A	Contrato Trabalho a Termo	
	47	Maria da Luz Vaz de Brito	Aj. Serv. Gerais	1	A	Contrato Trabalho a Termo	
	48	Deolinda Rosa da Moura Ferreira	Aj. Serv. Gerais	1	A	Contrato Trabalho a Termo	
	49	Jorge Rocha da Veiga	Aj. Serv. Gerais	1	A	Contrato Trabalho a Termo	
	50	Euclides Lopes Rocha	Aj. Serv. Gerais	1	A	Contrato Trabalho a Termo	
	51	João Lopes Varela	Aj. Serv. Gerais	1	A	Contrato Trabalho a Termo	
	52	Sonia Patricia Gomes Martins	Aj. Serv. Gerais	1	A	Contrato Trabalho a Termo	
	53	Andreza Barbosa Moreira	Aj. Serv. Gerais	1	A	Contrato Trabalho a Termo	
	54	Maria Gomes de Brito	Aj. Serv. Gerais	1	A	Contrato Trabalho a Termo	
	55	Maria da Luz Ribeiro	Aj. Serv. Gerais	1	A	Contrato Trabalho a Termo	
	56	Ana Mafalda Gomes Semedo	Aj. Serv. Gerais	1	A	Contrato Trabalho a Termo	
	57	Maria da Luz Moreira	Aj. Serv. Gerais	1	A	Contrato Trabalho a Termo	
	58	Maria Camila Rodrigues	Aj. Serv. Gerais	1	A	Contrato Trabalho a Termo	
	59	Isabel Evora Rodrigues	Aj. Serv. Gerais	1	A	Contrato Trabalho a Termo	

CARREIRA	N.º DE ORD	NOME	Cargo	Ref.º	Esc.	Forma de Provimento	Obs
Pessoal Auxiliarw	60	Salvadora Correia Moniz	Aj. Serv. Gerais	1	A	Contrato Trabalho a Termo	
	61	Francisca Lopes Teixeira Brito	Aj. Serv. Gerais	1	A	Contrato Trabalho a Termo	
	62	Ines Lopes Vaz	Aj. Serv. Gerais	1	B	Contrato Trabalho a Termo	
	63	Eduina Sena da Veiga	Aj. Serv. Gerais	1	A	Contrato Trabalho a Termo	
	64	Itelvina Mendes Monteiro	Aj. Serv. Gerais	1	A	Contrato Trabalho a Termo	
	65	Zulmira Tavares	Aj. Serv. Gerais	1	A	Contrato Trabalho a Termo	
	66	Maria Conceição Semedo	Aj. Serv. Gerais	1	A	Contrato Trabalho a Termo	
	67	Vitoria Tavares	Aj. Serv. Gerais	1	A	Contrato Trabalho a Termo	
	68	Agueda Celeste Tavares Ferreira	Aj. Serv. Gerais	1	A	Contrato Trabalho a Termo	
	69	Celestina Varela Semedo	Aj. Serv. Gerais	1	A	Contrato Trabalho a Termo	
	70	Carla Sofia Lopes	Aj. Serv. Gerais	1	A	Contrato Trabalho a Termo	
	71	Elizabete de Almeida	Aj. Serv. Gerais	1	A	Contrato Trabalho a Termo	
	72	Maria Mendes da Silva	Aj. Serv. Gerais	1	A	Contrato Trabalho a Termo	
	73	Maria de Nascimento Brito Mendonça	Aj. Serv. Gerais	1	A	Contrato Trabalho a Termo	
	74	Maria do Ceu Almeida Lopes	Aj. Serv. Gerais	1	A	Contrato Trabalho a Termo	
	75	Firmina Lopes Moreira	Aj. Serv. Gerais	1	B	Contrato Trabalho a Termo	
	76	Celina Semedo Martins Tavares Rocha	Aj. Serv. Gerais	1	A	Contrato Trabalho a Termo	
	77	Elisabete Pereira	Aj. Serv. Gerais	1	A	Contrato Trabalho a Termo	
	78	Ana Eulina Moreira Martins	Aj. Serv. Gerais	1	A	Contrato Trabalho a Termo	
	79	Maria de Fatima Vaz de Pina	Aj. Serv. Gerais	1	A	Contrato Trabalho a Termo	
	80	Ernestina Moreira dos Santos	Aj. Serv. Gerais	1	A	Contrato Trabalho a Termo	
	81	Maria Jesus Ribeiro Gonçalves	Aj. Serv. Gerais	1	A	Contrato Trabalho a Termo	
	82	Emiliana dos Santos	Aj. Serv. Gerais	1	A	Contrato Trabalho a Termo	
	83	Igualdina Moreira Semedo	Aj. Serv. Gerais	1	A	Contrato Trabalho a Termo	
	84	Euridice Lopes Borges	Aj. Serv. Gerais	1	A	Contrato Trabalho a Termo	
	85	Dulcelena Barreto Tavares	Aj. Serv. Gerais	1	A	Contrato Trabalho a Termo	
	86	Maria Eunice Gomes Semedo	Aj. Serv. Gerais	1	A	Contrato Trabalho a Termo	
	87	João de Barros Almada	Aj. Serv. Gerais	1	A	Contrato Trabalho a Termo	
	88	João Tavares Freire	Aj. Serv. Gerais	1	A	Contrato Trabalho a Termo	
	89	Felisberto Vaz Gomes	Aj. Serv. Gerais	1	A	Contrato Trabalho a Termo	
	90	Francisco Borges	Aj. Serv. Gerais	1	A	Contrato Trabalho a Termo	
	91	Joana Silves Moreira	Aj. Serv. Gerais	1	A	Contrato Trabalho a Termo	
	92	Augusta Veiga Semedo	Aj. Serv. Gerais	1	A	Contrato Trabalho a Termo	
93	Lino Varela	Aj. Serv. Gerais	1	A	Contrato Trabalho a Termo		
94	Antonina Silva Pina Veiga	Aj. Serv. Gerais	1	A	Contrato Trabalho a Termo		
95	Pedro Semedo Pereira	Aj. Serv. Gerais	1	A	Contrato Trabalho a Termo		
96	Josefina Gomes	Aj. Serv. Gerais	1	B	Contrato Trabalho a Termo		
97	Maria Isabel Tavares Rodrigues	Aj. Serv. Gerais	1	A	Contrato Trabalho a Termo		
98	Maria dos Santos Almeida	Aj. Serv. Gerais	1	A	Contrato Trabalho a Termo		
99	Maria Vaz Moreira	Aj. Serv. Gerais	1	A	Contrato Trabalho a Termo		
Pessoal Operário	100	Mario Rui Lopes Tavares	Chefe de Trabalho	8	A	Nomeação Provisória	
	101	André Pinto Semedo	Chefe de Trabalho	8	A	Nomeação Provisória	
	102	Fernando Jorge Veiga Cardoso	Chefe de Trabalho	8	A	Contrato Trabalho a Termo	
	103	João Baessa Dias	Chefe de Trabalho	8	A	Contrato Trabalho a Termo	
	104	Claudilho Nunes da Moura	Operário Qualificado	7	A	Contrato Trabalho a Termo	
	105	Angelo de Pina Cabral	Operário Qualificado	7	A	Contrato Trabalho a Termo	
	106	Adilson dos Anjos	Op. Semi-qualificado	5	A	Contrato Trabalho a Termo	
	107	Carlos Simão Varela Lopes	Op. Semi-qualificado	5	A	Contrato Trabalho a Termo	
	108	Mário Vaz	Op. Não Qualificado	1	A	Nomeação Provisória	
	109	Vladimir Lenine Lopes Varela	Op. Não Qualificado	1	A	Contrato Trabalho a Termo	
	110	Antonito Pereira Almeida	Op. Não Qualificado	1	A	Contrato Trabalho a Termo	
	111	Madaleno Vieira Pina	Op. Não Qualificado	1	A	Contrato Trabalho a Termo	
	112	Missito Moura Mendonça	Op. Não Qualificado	1	A	Contrato Trabalho a Termo	
	113	Diolindo Lopes Ferreira Fernandes	Op. Não Qualificado	1	A	Contrato Trabalho a Termo	
	114	Graciano Manuel Ferreira	Op. Não Qualificado	1	A	Contrato Trabalho a Termo	
	115	Arlindo Monteiro Moreira	Op. Não Qualificado	1	A	Contrato Trabalho a Termo	
	116	Adriano Vaz da Moura	Op. Não Qualificado	1	A	Contrato Trabalho a Termo	
	117	Agnelo Pereira Rocha	Op. Não Qualificado	1	A	Contrato Trabalho a Termo	
Pessoal de Fiscalização	118	Diamantino Lopes Martins	Fiscal Municipal	5	B	Nomeação Provisória	
	119	Adelina Maria Ribeiro	Fiscal Municipal	5	B	Nomeação Provisória	
	120	Otelindo de Jesus Moreira Semedo	Fiscal Municipal	5	B	Nomeação Provisória	
	121	Leonel de Pina	Fiscal Municipal	5	B	Nomeação Provisória	

CARREIRA	Nº DE ORD	NOME	Cargo	Ref ^a	Esc.	Forma de Provimento	Obs
Pessoal de Prevenção	122	José Jorge Lopes Moniz	Guarda	1	B	Contrato Trabalho a Termo	
	123	Osvaldo Soares dos Santos	Guarda	1	B	Contrato Trabalho a Termo	
	124	Carmilto Santos Vaz	Guarda	1	A	Contrato Trabalho a Termo	
	125	Adriano José Monteiro	Guarda	1	A	Contrato Trabalho a Termo	
	126	Lino de Pina Cabral	Guarda	1	B	Contrato Trabalho a Termo	
	127	Elidio de Brito Mendes	Guarda	1	A	Contrato Trabalho a Termo	
	128	Bartolomeu Silva Tavares	Guarda	1	A	Contrato Trabalho a Termo	
	129	Herculano Varela Moreno	Guarda	1	A	Contrato Trabalho a Termo	
	130	Julião Vieira	Guarda	1	A	Contrato Trabalho a Termo	
	131	Laurindo Gomes	Guarda	1	A	Contrato Trabalho a Termo	
	132	Casimiro Pereira Moreno	Guarda	1	A	Contrato Trabalho a Termo	
	133	Aires Antonio Santos da Veiga	Guarda	1	A	Contrato Trabalho a Termo	
	134	Casimiro Dias Barros	Guarda	1	A	Contrato Trabalho a Termo	
	135	João Sanches de Brito	Guarda	1	A	Contrato Trabalho a Termo	
	136	Igualdino Pereira Vaz	Guarda	1	A	Contrato Trabalho a Termo	
	137	Ricardo Mendes	Guarda	1	A	Contrato Trabalho a Termo	
	138	Domingos Mendes Monteiro	Guarda	1	A	Contrato Trabalho a Termo	
139	Mateus Vaz	Guarda	1	B	Contrato Trabalho a Termo		
140	Fernando Lopes	Guarda	1	A	Contrato Trabalho a Termo		

a) Em comissão de serviço como Director do Gabinete Técnico Municipal

b) De licença para formação no exterior

c) A prestar Serviço na Escola Oficina da Cidade Velha em regime de destacamento

d) Em comissão de serviço como Director do Serviço Municipal de Água e Saneamento

e) Exercendo funções de Deputado da Nação

f) Em comissão de serviço como Secretária do Presidente da Câmara Municipal

g) Em comissão de serviço no quadro como Chefe de Divisão

h) Em comissão de Serviço no quadro como Chefe de Secção

i) Em comissão de Serviço como condutor- auto do Presidente da Câmara Municipal

Câmara Municipal de Ribeira Grande de Santiago, aos 4 de Março 2013. – O Presidente, *Manuel Monteiro de Pina*.

—ofo—

MUNICÍPIO DO TARRAFAL DE SANTIAGO

Câmara Municipal

Extracto dos despachos nº 360/2013 – De S. Ex.^a o Presidente da Câmara Municipal do Tarrafal de Santiago:

De 28 de Novembro de 2012:

Adalberto Horta Mendes, técnico superior, referência 13, escalão A, em regime de contrato administrativo de provimento, exercendo funções na Delegação de Achada Tenda, nomeado nos termos do artigo 6º do Decreto-Lei nº 13/97 de 1 de Julho, conjugado com a alínea d) do artigo 92º da Lei nº 134/IV/95 de 3 de Julho, e alínea a) do artigo 38º e n.ºs 1 e 2 do artigo 39º, ambos do Decreto-Lei nº 86/92, de 16 de Julho, para em comissão de serviço exercer o cargo de Director nos serviços da direcção de estudos e políticas de desenvolvimento.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita nos códigos 03.03.05, do orçamento vigente da Câmara Municipal do Tarrafal.

Octávio Varela Fernandes, técnico superior, referência 13, escalão A, em regime de contrato a termo, exercendo funções na Câmara Municipal, nomeado nos termos do artigo 6º do Decreto-Lei nº 13/97, de 1 de Julho, conjugado com a alínea d) do artigo 92º da Lei nº 134/IV/95, de 3 de Julho, e alínea a) do artigo 38º e os n.ºs 1 e 2 do artigo 39º ambos do Decreto-Lei nº 86/92, de 16 de Julho, para em comissão de serviço exercer o cargo de Director delegado do mercado municipal.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita nos códigos 03.06.03.02, do orçamento vigente do Serviço Autónomo de Mercado Municipal.

Debrantina Étina de Jerusalém Mendes Moreira, técnico superior, referência 13, escalão A, em regime de contrato a termo, exercendo funções na Câmara Municipal, nomeado nos termos do artigo 6º do Decreto-Lei nº 13/97, de 1 de Julho, conjugado com a alínea d) do artigo 92º da Lei nº 134/IV/95, de 3 de Julho, e alínea a) do artigo 38º e os n.ºs 1 e 2 do artigo 39º ambos do Decreto-Lei nº 86/92, de 16 de Julho, para em comissão de serviço exercer o cargo de chefe de divisão de contabilidade e orçamento.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita nos códigos 03.03.03, do orçamento vigente da Câmara Municipal do Tarrafal.

(Visado pelo Tribunal de Contas, em 11 de Fevereiro de 2013.)

Isabel Mendes Cabral, técnico profissional 1º nível, referência 8, escalão A, em regime de contrato a termo, exercendo funções na Câmara Municipal, nomeado nos termos do artigo 6º do Decreto-Lei nº 13/97, de 1 de Julho, conjugado com a alínea d) do artigo 92º da Lei nº 134/IV/95, de 3 de Julho, e alínea a) do artigo 38º e os n.ºs 1 e 2 do artigo 39º ambos do Decreto-Lei nº 86/92, de 16 de Julho, para em comissão de serviço exercer o cargo de chefe de secção de mercado e feiras.

Magueda Tavares Monteiro, fiscal, referência 5, escalão A, em regime de contrato a termo, exercendo funções na Câmara Municipal, nomeado nos termos do artigo 6º do Decreto-Lei nº 13/97, de 1 de Julho, conjugado com a alínea d) do artigo 92º da Lei nº 134/IV/95, de 3 de Julho, e alínea b) do artigo 38º e os n.ºs 1 e 2 do artigo 39º ambos do Decreto-Lei nº 86/92, de 16 de Julho, para em comissão de serviço exercer o cargo de chefe de secção de taxas e licenças.

As despesas têm cabimento na dotação inscrita nos códigos 03.03.03, do orçamento vigente da Câmara Municipal do Tarrafal.

Mário Mendes Tavares, fiscal, referência 5, escalão A, em regime de contrato a termo, exercendo funções na Delegação de Achada Tenda, nomeado nos termos do artigo 6º do Decreto-Lei nº 13/97 de 1 de Julho, conjugado com a alínea d) do artigo 92º da Lei nº 134/IV/95, de 3 de Julho, e alínea b) do artigo 38º e os n.ºs 1 e 2 do artigo 39º ambos do Decreto-Lei nº 86/92, de 16 de Julho, para em comissão de serviço exercer o cargo de Delegado Municipal em Achada Tenda.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita nos códigos 03.03.11, do Orçamento vigente da Delegação de Achada Tenda.

Inácio Borges Barbosa, técnico superior, referência 13, escalão A, em regime de contrato a termo, exercendo funções nesta Câmara desde de 29 de Dezembro de 2008, na secção de taxas e licenças, nomeado nos termos do artigo 6º do Decreto-Lei nº 13/97 de 1 de Julho, conjugado com a alínea d) do artigo 92º da Lei nº 134/IV/95 de 3 de Julho, e alínea a) do artigo 38º e n.ºs 1 e 2 do artigo 39º, ambos do Decreto-Lei nº 86/92, de 16 de Julho, para exercer o cargo de Director Delegado do Serviço Autónomo de Água e Saneamento.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita nos códigos 65201, do orçamento vigente do Serviço Autónomo de Água e Saneamento.

(Visados pelo Tribunal de Contas, em 18 de Fevereiro de 2013).

Câmara Municipal do Tarrafal, aos 5 de Março de 2013. – A Secretária Municipal, *Suzy Soares Rosa*.

PARTE I 1**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA****Direcção-Geral da Administração****Anúncio de concurso nº 4/2013**

Conforme o anúncio de concurso n.º 30/2012, da Direcção de Serviço dos Recursos Humanos da Direcção-Geral da Administração do Ministério da Justiça, publicado no *Boletim Oficial* n.º 54, II Série, de 30 de Agosto de 2012.

Lista dos candidatos seleccionados para teste prático

Adérito Janito Fernandes Gomes
Adilson Lopes Pinto
Ailton Cesar da Silva Aguiar
Albertina Silva Fortes
Aleida Simone da Cruz Fortes
Alexandre dos Santos Dias
Amaro de Jesus Mendes Varela
Ana Isa Gomes dos Santos
Ana Margarida Gonçalves Teixeira
António Admar Vicente de Pina
António Teófilo Moreira Vaz
Ariana Paula Marques Cabral
Arrigo André Varela Ferreira Querido dos Reis
Artemisa de Jesus Fernandes Tavares
Benvindo Moreira de Melo
Carlos Daniel Soares Gomes do Rosário
Carmem Maria Cunha Tavares
Danielson Vicente Fortes Ramos Pinto
David Oliveira Varela
Daylene Cristina Barreto Tavares
Edeneya Marly Dias Gonçalves
Emanuel Olegário Mendes Tavares
Eunice Lopes Correia Almeida
Felismino Moreno Lopes
Filomeno Anes Tavares
Giselle de Jesus Monteiro Rodrigues
Ileida Samira Pires dos Reis
Isa Maria Mendes Furtado
Ivânia de Jesus da Lomba Cabral
Ivanilde Verónica Tavares Costa
Ivanísia Fonseca Fortes

Jeremias Pires Semedo
Jessica Andreia Monteiro Lopes Silva Wahnon
José Lino Carvalho Pinto Monteiro
Josiene Graça do Rosário
Khary Salé Hopffer Almada Correia Varela
Leida Cristina Oliveira Alves
Leida Patrícia Moreira Tavares
Leonor Gomes Furtado
Liliane Sofia Rocha Oliveira
Ludmila Celso Silva Gomes Fernandes
Margarida Cardoso Fernandes
Maria Conceição Silva Martins Jorge
Maria do Carmo Furtado da Veiga Teixeira
Maria Elisabeth do Livramento da Rocha
Maria Livramento Gomes Silva
Maria Olívia Furtado Varela
Marlene Jussara Santos Pinto Dias
Maximino Mendes da Rosa
Miguel Tavares da Silva
Mirandi Almeida Ramos Rodrigues
Nídia Solange Sousa Silva
Nilson José da Costa Pinto
Nilton César Lima Cabral
Odílio Pereira Sanches
Patrícia Ilídia Fernandes Freire
Paulo Jorge Ascensão Coelho
Ricardo Manuel Antunes Barbosa Fernandes Spencer
Ronize Patrícia Ribeiro Mendes
Silvino Gomes Fernandes
Sílvio Veiga Martins
Suzana de Brito Vieira
Vanderleia Silveira Querido Santos
Vera Elisângela dos Reis Mendonça

O teste prático será realizado no dia dezoito de Março de dois mil e treze, em local e horário a indicar (via mail).

Os candidatos deverão comparecer devidamente identificados com B.I. ou Passaporte e munidos de material de consulta (facultativo).

Para mais informações deverão contactar o Ministério da Justiça, através do n.º 333 72 25/12.

Direcção-Geral da Administração do Ministério da Justiça, na Praia, aos 11 de Março de 2013. – O Presidente do júri, *Elias Mendes Monteiro*.



II SÉRIE
BOLETIM
OFICIAL

Registo legal, nº 2/2001, de 21 de Dezembro de 2001

Endereço Electrónico: www.incv.cv



Av. da Macaronésia, cidade da Praia - Achada Grande Frente, República Cabo Verde.
C.P. 113 • Tel. (238) 612145, 4150 • Fax 61 42 09
Email: kioske.incv@incv.cv / incv@incv.cv

I.N.C.V., S.A. informa que a transmissão de actos sujeitos a publicação na I e II Série do *Boletim Oficial* devem obedecer as normas constantes no artigo 28º e 29º do Decreto-Lei nº 8/2011, de 31 de Janeiro.



BOLETIM OFICIAL

ÍNDICE

PARTE J

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA:

Direcção-Geral dos Registos, Notariado e Identificação:

Extracto publicação de sociedade n° 99/2013:

Certifica a Alteração do artigo 4° do pacto social da sociedade “EMPRESA DE ELECTRICIDADE E ÁGUA - ELECTRA S.A.R.L”.....62

Extracto publicação de sociedade n° 100/2013:

Certifica a “ASSOCIAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DE COVÃO E ARREDORES”.....62

PARTE J**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA****Direcção-Geral dos Registos, Notariado e Identificação****Conservatória dos Registos da Região de 1ª Classe de São Vicente****Extracto publicação de sociedade nº 99/2013:****CERTIFICA**

- a) Que a fotocópia apensa a esta certidão está conforme com os originais;
- b) Que foi extraída das matrículas e inscrições em vigor nº 612 –“EMPRESA DE ELECTRICIDADE E ÁGUA - ELECTRA S.A.R.L.”;
- c) Que foi requerido pelo nº 1 do diário do dia 19 de Fevereiro do corrente, por Sónia Gonçalves;
- d) Que ocupa uma folha numerada e rubricada, pelo Ajudante e leva a aposto o selo branco em uso nessa Conservatória.

Alteração do artigo 4º do pacto social da sociedade “EMPRESA DE ELECTRICIDADE E ÁGUA - ELECTRA S.A.R.L.” Matriculada na Conservatória dos Registos de São Vicente, sob o nº 612.

Artigo 4º**Capital social**

Aumento do capital social de 963.226.000\$00 para 1.585.262.000\$00, aumento de 622.036.000\$00, realizado por novas entradas em espécie, pelo Estado de Cabo Verde.

Foi depositado na pasta respectiva o texto actualizado do contrato.

Esta conforme o original.

Conservatória dos Registos da Região da Primeira Classe de São Vicente, aos 19 de Fevereiro de 2013. – O Conservador, *Carlos Manuel Fontes Pereira da Silva*.

Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Região de Segunda Classe de Porto Novo**Extracto publicação de sociedade nº 100/2013**

MARIA SENHORINHA SILVA GUILHERME, OFICIAL QUARTO AJUDANTE, EM SUB DO CONSERVADOR/NOTÁRIO.

EXTRACTO

Certifico, narrativamente para efeitos de publicação, que no dia dezoito do mês de Dezembro do ano de dois mil doze, neste Conservatória e Cartório Notarial, foi lavrada no livro de notas para escrituras diversas, número 16 de folhas 32 verso á 33 uma escritura de constituição duma associação com a denominação de “ASSOCIAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DE COVÃO E ARREDORES” com sede em Tarrafal de Monte Trigo, Freguesia de São João Baptista, Concelho do Porto Novo, Ilha de Santo Antão, Cabo Verde, que tem por objecto:

Desenvolver a cooperação, solidariedade entre os associados; Realização de iniciativas dos problemas da comunidade em geral; Promover acção social, a cooperação com entidades privadas, publicas, nacionais e estrangeiras no desenvolvimento de políticas sociais e inserção no mercado de trabalho; Incrementar políticas de emprego e outras actividades.

Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Região de Segundo Classe do Porto Novo, aos 18 de Dezembro de 2012. – O Oficial Ajudante, *Maria Senhorinha Silva Guilherme*.



II SÉRIE
BOLETIM
OFICIAL

Registo legal, nº 2/2001, de 21 de Dezembro de 2001

Endereço Electronico: www.incv.cv



Av. da Macaronésia, cidade da Praia - Achada Grande Frente, República Cabo Verde.
C.P. 113 • Tel. (238) 612145, 4150 • Fax 61 42 09
Email: kioske.incv@incv.cv / incv@incv.cv

I.N.C.V., S.A. informa que a transmissão de actos sujeitos a publicação na I e II Série do Boletim Oficial devem obedecer as normas constantes no artigo 28º e 29º do Decreto-Lei nº 8/2011, de 31 de Janeiro.